



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 174

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2019

ANO VIII



### SUMÁRIO

**TAQUIGRAFIA ..... CAPA**  
**ADVOCACIA GERAL ..... 3830**

### TAQUIGRAFIA

#### **ATA DA 24ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR E APRIMORAR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMBATER A VIOLÊNCIA FÍSICA E SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** (Em 04 de outubro de 2019)

**Presidência do Sr.**  
Alex Silva - Presidente ad hoc

(Às 9 horas e vinte e cinco minutos é aberta a sessão)

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)** – Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Silva, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública para discutir e aprimorar políticas públicas para combater a violência física e sexual da criança e do adolescente.

Cumprimentamos o autor da propositura desta Audiência Pública, Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Silva, e agradecemos ao Senhor Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto da SESDEC, da Secretaria de Estado da Defesa, Segurança e Cidadania e Excelentíssima Senhora Liana Silva de Almeida Lima, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS.

Presentes nesta Audiência Pública também as seguintes autoridades, e também agradecemos as presenças: Gyovani dos Santos, Psicólogo Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; Laís Reis de Castro, Técnica Pedagógica do Núcleo Estadual de Saúde na Escola – SEDUC; Senhor Genival Queiroga Júnior, Diretor do Instituto Médico Legal – IML; Senhora Dra. Denise de Carvalho Campos, Coordenadora do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos; Senhora Marina Falcão, Conselheira do 2º Conselho Tutelar de Porto Velho Rede de Enfrentamento a Violência Sexual da Criança e do Adolescente de Porto Velho; Senhora Ana Cássia da Cruz Lima Brito, Conselheira 1º Conselho Tutelar de Porto Velho; Senhor Adilson Reis, Coordenador Auxiliar da Polícia Comunitária – SESDEC; Dr. Cássio Vidal, Presidente da Comissão da Defesa dos Direitos Humanos, representando a OAB/RO; Excelentíssimo Senhor Defensor Público Dr. Eduardo Guimarães Borges, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Dr. Éverson Antônio Pini, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia; Excelentíssima Senhora Dra. Marílya Gondim Reis, Defensora Pública Titular da Vara Infracional e de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca de Porto Velho; Senhor Ezielmo Rodrigues, Conselheiro do 3º Conselho Tutelar de Porto Velho; Senhora Maria Alice Ribeiro de Souza, Assistente Social, representando o Hospital Infantil Cosme e Damião; Senhora Marizânia Ferreira Pinheiro de Souza, 4º Conselho Tutelar de Porto Velho; Senhor Antônio Francisco Gomes da Silva, Presidente da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo – FEASE; Senhora Andréia Cristiane Lobato da Assunção, Assistente Social 1º Juizado; Senhora Ana Cristina Leandro, Coordenadora do Núcleo Socioeducativo da SEDUC; Senhora Vera Cortez, Técnica Educacional, representando a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC; Senhora Érica Ferrão, Chefe de Gabinete, representando a Assessoria de Gabinete da Deputada Federal Jaqueline Cassol, Bancada de Rondônia; Senhora Fátima Aparecida da Silva, Assistente Social da Vara de Ato Infracional e Execução de Medidas Socioeducativas de Porto Velho. Agradecemos ainda à Senhora Ana Cristina Leandro, Coordenadora de Núcleo Socioeducativo da SEDUC – Secretaria de Estado da Educação.

Neste Momento, Sua Excelência Deputado Estadual Alex Silva procederá à abertura desta solenidade.

#### MESA DIRETORA

Presidente: LAERTE GOMES  
1º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON  
2º Vice-Presidente: CASSIA MULETA

1º Secretário: ISMAEL CRISPIN  
2º Secretário: DR. NEIDSON  
3º Secretário: GERALDO DA RONDÔNIA  
4º Secretário: EDSON MARTINS

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Risler de Oliveira*  
Departamento legislativo - *Maria Aparecida Silva N. Lima*  
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria  
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Senhoras e senhores, bom dia. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir e aprimorar políticas públicas para combater a violência física e sexual da criança e do adolescente.

Peço desculpas a todos por não dar para acolher a todos aqui na Mesa, as autoridades que não puderam estar conosco, mas que estão aqui no Plenário. Agradeço a presença de todos, de todo coração, por vocês se disporem a estar aqui conosco a nos ajudar a tentar solucionar de alguma maneira e inibir essa violência contra as nossas crianças. A gente sabe que é um tema muito importante, em vista de tudo o que a gente tem visto acontecer nos dias atuais.

Vamos procurar fazer uma Audiência bem dinâmica para que não se estenda muito, porque, por experiência própria, às vezes a gente participa de audiências que acaba se desgastando no tempo. Vamos procurar cada um, dentro da sua fala, ser bem efetivo, sucinto. É sucinto? Olha, palavra bonita.

Obrigado Dona Jane, só a senhora mesmo.

E assim, como todos sabem, nós presidimos hoje a Comissão de Defesa da Criança, da Mulher, do Idoso e do Adolescente. Já tive a oportunidade de realizar a primeira Audiência Pública que foi para debater a violência contra a mulher, o feminicídio, e hoje nós estamos propondo esta Audiência tão importante e eu tenho certeza que dessa Audiência, bons frutos nós iremos colher. Então, sejam bem-vindos todos.

Quero aqui, mais uma vez também, agradecer aos cerimonialistas, Dona Jane, às meninas do DECOM, todos que nos auxiliam e que nos fazem chegar até este momento. Está certo? É com você, Paim.

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)** – Neste momento, convido a todos os presentes para que, de pé, cantemos o Hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim de Araújo Lima e música de do Dr. José de Mello e Silva).

**(Execução do Hino Céus de Rondônia)**

Fiquem à vontade. Neste momento, retomamos a palavra ao Presidente desta Audiência Pública, Deputado Alex Silva, para que dê prosseguimento ao trabalho, nesta manhã.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Nós estipulamos aqui, gente, um tempo, nós teremos dois palestrantes aqui que será o Gyovani, não é isso? E a Dra. Marílya. Ambos terão 10 minutos e em seguida a gente dá continuidade. Então, quem vai ser o primeiro aqui? Pode ser o Gyovani? Gyovani, não é? Gyovani, por favor.

**O SR. GYOVANI DOS SANTOS LIMA** – Bom dia a todos. Cumprimentar o Deputado Alex Silva, em nome de toda Mesa.

Eu sou Gyovani, Psicólogo do CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social. Há algumas semanas, em conversa com a equipe do Deputado, que estavam preocupados em fazer esta Audiência, e fazer ela de forma propositiva. Então, a gente pôde, naquele momento contribuir com alguns dados e amadureceu esta ideia de Audiência, o porquê desta Audiência. Primeiro porque Porto Velho registrou um aumento no número de casos de violência sexual contra crianças sexual contra crianças e adolescentes. Foi a capital que teve a maior alta no País. Nós já trabalhamos com Assistência Social há 11 anos. Registrar tais dificuldades em se trabalhar com essa temática de violência contra crianças e adolescentes. Que agora, depois da Lei 13.431, a gente tem uma nova modalidade de violência tipificada, que é a violência

institucional. Ou seja, nossas crianças e adolescentes, além de sofrerem a violência, principalmente em seus domicílios, às vezes, o Estado também viola novamente essa criança, esse adolescente quando a faz repetir várias vezes a violação acontecida. Ela precisa falar no Conselho Tutelar, ela precisa falar na Delegacia, precisa falar no Hospital. Ela está sempre revitimizando essa criança, esse adolescente.

Então, essa é uma preocupação com a mudança na Lei, que é de 04 de abril de 2017, que entrou em vigor o ano passado, é que tem que ser evitado esse tipo de revitimização e esse tipo de revitimização é um crime também, a violência institucional. Nessa Lei, ficou previsto que as cidades construiriam um centro integrado para atendimento a crianças vítimas de violência. E os municípios que não tivessem condição de construir esses centros integrados, a Rede de Enfrentamento - e por isso a importância da coordenação da rede de enfrentamento estar aqui nesta Audiência -, tem que organizar um protocolo para que essa criança seja ouvida, seja protegida e não seja revitimizada.

Os números que a gente tem em Porto Velho são assustadores. Estima-se que oitocentas crianças e adolescentes sofrem violência sexual todos os anos em Porto Velho. Dessas oitocentas crianças e adolescentes, trezentas são atendidas no CREAS de Porto Velho. Então, o único Centro de Referência, Porto Velho. Ou seja, quinhentas crianças ficam na Rede e a gente não sabe se teve atendimento ou não para essas crianças e adolescentes.

Então, a gente tem que aprimorar também os serviços de atendimento, também aprimorar os dados, se essas crianças e adolescentes já estão sendo atendidas, estão sendo atendidas em quais órgãos, em quais necessidades que estão sendo atendidas essas crianças e adolescentes.

Porto Velho, a gente tem, e eu falo apenas por Porto Velho, que é onde eu trabalho. Nós temos uma deficiência de recursos humanos, há falta de profissionais na ponta para atender essas crianças e adolescentes. O CREAS no PAEFI que é o serviço que atende essas crianças, conta com seis psicólogos e duas assistentes sociais, para uma demanda de trezentos casos ao ano, a gente já vê que tem uma defasagem. Têm outros órgãos que também atendem, também trabalham com proteção a criança e adolescente, que há menos técnicos ainda.

Então, a gente, para falar sobre essa política, a gente tem que falar também de recursos humanos, há falta de profissionais nos órgãos, há falta de profissionais especializados que a gente tem um programa de capacitação a esses profissionais, para que eles possam atender as necessidades das crianças e adolescentes vítimas de violências, porque são diversas, a mais grave, considero violência sexual, que as marcas são invisíveis e vão acompanhar essas crianças e adolescentes a vida inteira. Geralmente uma menina vítima de violência sexual, ela tem mais chance de ser uma mulher que sofre violência doméstica do que alguém que nunca sofreu esse tipo de violência. Há fatores de risco: a violência sexual no nosso município, ela está muito associada à questão socioeconômica. Então, o CREAS em Porto Velho, 70% dos casos de violência sexual que ele atende, vem da Zona Leste de Porto Velho. De cada dez casos de violência sexual, sete são da Zona Leste, que é a região mais populosa da cidade, masé também a que tem os piores índices de desenvolvimento humano do município, onde os adolescentes ficam menos tempo na escola, onde os empregos são mais informais que formais, e tudo isso, contribui para esse tipo de violação.

Há muito se fala, e é uma coisa que eu gosto de frisar que a gente tenta deixar claro é: que abuso sexual é diferente de pedofilia. A gente tenta colocar tudo no mesmo balaio, tudo no mesmo bojo, mas, não é. Pedofilia é uma doença, é um transtorno do comportamento sexual que geralmente, que não necessariamente vai fazer com que haja o abuso sexual. Já o abusador é, muitas vezes, um aproveitador. Uma pessoa que tem a vida comum, que tem suas pulsões sexuais com adultos, tem como objeto sexual uma mulher adulta, mas, que naquele momento aproveita da criança, adolescente para satisfazer as suas necessidades. Há uma diferença entre quem tem um transtorno de comportamento, ou seja, o pedófilo, ele só se interessa por crianças e tem o abusador, que aproveita de um momento para cometer o abuso.

Então, a gente tem que também ter essa separação. O que mais a gente tem é abusadores, não pedófilos, o que mais a gente tem na nossa sociedade, são abusadores. São aquelas pessoas que conseguem levar uma vida normal, são algumas vezes respeitados na comunidade onde vivem, mas, que aproveitam de momentos para abusar de crianças e adolescentes.

A maioria dos casos de violência sexual acontece dentro da própria casa, por alguém da família ou alguém muito próximo. Por isso, quando se pensa em combater essa violência, a gente tem que retornar isso também para as crianças e adolescentes num serviço de alta proteção. Ensinar as nossas crianças e adolescentes os que são os abusos e como se defender. Porque se deixar só a cargo da família, a gente vai continuar correndo atrás de dados, uma vez que no Brasil e Porto Velho, não é exceção, 70% dos casos de violência acontecem dentro de casa. Os senhores e as senhoras são sabedores disso, que o lugar mais perigoso no Brasil, para uma mulher ou para uma criança e adolescente é a sua própria residência, 70% das agressões acontecem em casa.

Então, a gente não pode só contar com a família, mas, também não é colocar o pânico e dizer que as famílias são o problema não. A maioria das famílias é protetora, só que as que não são protetoras é que chamam a nossa atenção porque são essas que a gente vai precisar atender. E há várias questões correlacionadas às violências contra a criança e adolescente.

Tem a questão de poder de uma sociedade machista e patriarcal, onde o pai pode tudo, tudo é centrado na figura masculina adulta, e isso faz com que tenha certo empoderamento e que cometam essas agressões. Há a questão socioeconômica também. Muitas dessas famílias são de baixa renda. Então, fica difícil denunciar o agressor quando ele é o que mantém a casa. Há uma evasão escolar. Quando a gente atende no CREAS, geralmente essas crianças e adolescentes há uma defasagem entre idade e série na escola, então a gente tem que discutir isso. E como eu estava falando com a Laís, não tem como fazer qualquer projeto para infância e adolescência que não leve em conta a escola porque a escola é o maior espaço de socialização dos nossos jovens, é onde você encontra mais jovens.

Então, qualquer projeto, qualquer serviço, qualquer ação que queira ser exitosa, tem que levar em consideração a escola. A gente tem que voltar os serviços para a escola que aí sim, a gente vai encontrar as crianças e os adolescentes e que queremos que seja num ambiente saudável, que a escola também se dê num ambiente saudável para essas crianças e adolescentes, para que os assuntos possam ser levados e debatidos de forma honesta, de forma clara, como tem que ser.

A gente também tem responsabilidade em melhorar o debate quando se fala em educação sexual, quando se fala em

autopromoção, porque há uma campanha de demonização da educação sexual. Parece que falar de educação sexual na escola é algo perigoso, algo proibido e não é. Se a gente não ensinar essas crianças a se protegerem, a se cuidarem, a gente vai continuar com números alarmantes de casos de violência. Muita gente sofre violência sem saber que está sendo violentada.

Então é isso que a gente tem como técnicos, essa obrigação e essa responsabilidade também de se inserir nesse debate. A gente não pode só deixar algumas camadas da sociedade hoje falar o que deve e o que não deve ser ensinado; o que deve e o que não deve ser debatido. A gente já está num período que a gente tem mais que lutar para que os direitos sejam preservados, do que avançar como seria o normal nessa altura do campeonato, devíamos estar lutando para ampliar os direitos da infância de crianças e de adolescentes. Só que hoje a gente tem que lutar para manter os poucos que a gente já conseguiu.

Para encerrar a minha fala eu gostaria de dizer que há pessoas, em Porto Velho, muito interessadas nesse assunto, há pessoas que se reúnem, debatem e realizam trabalho no combate às violações de direito; há uma Rede, que apesar dos seus furos, funciona e é muito bom ver muitas pessoas da Rede aqui, como o IML que, infelizmente, não participa conosco nas reuniões da Rede de Enfrentamento de Violência Sexual, ver a parte de responsabilização a esses agressores, estarmos aqui juntos para debater isso. A gente já faz, mas tem que avançar muito.

Uma das coisas que eu gostaria de deixar no final é que muitasmães não denunciam os seus parceiros pela questão socioeconômica, por não ter renda. Então, a gente poderia estudar também alguma forma de conseguir, no primeiro momento, afastar esse agressor de casa enquanto se investiga o caso, mas que tivesse uma maneira de que fosse garantida a renda para esses familiares. Acredito que os números de denúncias seriam bem maiores. A gente já estima que a cada caso revelado de violência sexual, há no mínimo mais dois que não são revelados, pelo pacto de silêncio das famílias, por, às vezes, o medo que se tem desse agressor e pela questão socioeconômica também. Então, se a gente pensar em uma forma de manter a renda dessa família mesmo após a denúncia ao agressor, eu acho que o número de casos denunciados e o número de crianças e adolescentes atendidos seriam bem maior e a gente estaria protegendo as próximas gerações, porque quem sofre esse tipo de violação, em Porto Velho, está muito associado, como eu disse, à questão socioeconômica.

Então, são pessoas pobres que veem a violação de direito como algo corriqueiro em sua vida, já que não tem acesso à saúde, não tinha acesso à educação, não tem acesso aos serviços socioassistenciais e vai se acostumar também a ter outros tipos de violação, seja ela física ou sexual, que geralmente também casam com pessoas pobres, que têm filhos pobres e a gente não consegue romper esse ciclo.

Infelizmente, em Porto Velho a violação de direito e a violação de direito sexual está, apesar de acontecer em todas as classes sociais, ela está muito associada às classes de baixa renda. Então, a gente também tem que ver a questão socioeconômica como uma forma de fortalecer as famílias, empoderar essas crianças e adolescentes para que os números de denúncias possam aumentar e o número de crianças e adolescentes atendidas aumentem e, no futuro, os números de violação de direitos sejam menores, sejam compatíveis com aquilo que a gente deseja para as crianças. Todo mundo tem, a proteção integral da criança é uma obrigação de todos: família, sociedade e Estado. Infelizmente a gente está discutindo

aqui porque família e sociedade estão falhando e a gente não pode deixar que o Estado também falhe nesta proteção as crianças e adolescentes. Obrigado.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Dra. Marílyla, a senhora fique à vontade.

**A SRA. MARÍLYLA GONDIM REIS** - Iniciar cumprimentando o Deputado Alex Silva pelo convite, pela oportunidade de estar discutindo hoje um tema tão importante, tão caro para todos nós que trabalhamos na área da infância e juventude; que fazemos parte da Rede de Proteção e de Enfrentamento à Violência e a qualquer abuso contra criança e adolescente.

Gostaria de cumprimentar meus colegas de trabalho aqui presentes, Dr. Everson, Dr. Eduardo e os demais colegas de trabalho que se fazem presente no Plenário.

Sobre a abordagem, o Psicólogo já tratou questões, dados específicos de Porto Velho, e eu achei interessante trazer aqui hoje para esta Audiência Pública uma explanação sobre o que é a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, porque como ele bem ressaltou, é uma Rede que tem que funcionar, que hoje tem furos que precisam ser consertados para que a gente crie um protocolo específico, até para organizar o atendimento e ter uma conclusão, ter um encaminhamento eficiente sobre as crianças e adolescentes que são vítimas de todos os tipos de abusos e violações de direitos.

Bom, então, sobre esse tema de Rede de Proteção, eu queria começar iniciando a falar sobre como é o papel da Defensoria Pública nesse enfrentamento. A Defensoria Pública é uma instituição que não é responsável apenas pela defesa das pessoas hipossuficientes financeiramente. Ela atende e faz orientações jurídicas à classe de vulneráveis como crianças e adolescentes. Ela também é responsável pela promoção de direitos humanos, seja nas perspectivas individuais ou coletivas.

Então, ela tem papel de destaque nesta Rede de Proteção. Nós atendemos todas as crianças e adolescentes que são vítimas de violência doméstica, de violência externa e qualquer outro tipo de abuso, independente da situação financeira.

Bom, e essa Rede de Proteção, como é que está prevista?

Ela está prevista no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Se vocês puderem passar alguns slides, eu agradeço. Seja no artigo 70, que prevê especificamente medidas de prevenção e que fala que: "é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaças à violação dos direitos", aí prevê especificamente no inciso II, a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Conselho Tutelar e demais Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

Bom, da política de atendimento ele novamente reitera a necessidade dessa integração, a formação dessa Rede, pela integração de todos esses órgãos e no capítulo de acesso a Justiça, ele deixa claro que é garantido a todas as crianças e adolescentes, o acesso da justiça através da Defensoria Pública, através do Ministério Público e do próprio Poder Judiciário.

Bom, e quais são os crimes mais recorrentes que nós temos comunicações no âmbito da Defensoria Pública? Infelizmente, a violação sexual é o crime mais recorrente, mas também temos a produção, o armazenamento e a divulgação de imagens de sexo explícito, pornografia infantil. Temos diversas ocorrências de maus tratos e lesões corporais. Como o psicólogo já adiantou, um dado alarmante é que todas essas violências, 70% ocorrem no âmbito familiar.

Então, a família que tem o dever moral e precípua de proteger as crianças e os adolescentes, são os maiores

violadores desses direitos e, infelizmente, é onde se vê a maior ocorrência desses crimes. Bom, o abuso e a violência sexual é uma ameaça universal. E nesse sentido foi feita uma pesquisa para identificar quais são os fatores, quais são os parâmetros que podem ser observados que estatisticamente demonstram que um país tem mais comprometimento em violação aos direitos da criança e do adolescente.

Nesta estatística feita por uma revista americana, o Brasil, dentre 40 países que foram observados, pesquisados, o Brasil tem uma posição confortável. Nós somos dentro desta estatística, o 11º País com relação à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Nessa pesquisa foi observada que essas violações e esses abusos não estão intrinsecamente ligados à classe social. Não é só o fato de a família ser de baixa renda ou o país ser pobre ou rico, que determina que essas violações vão ocorrer de formas mais recorrentes. Mas, um fator interessante é que ele disse que está diretamente ligado ao grau de democratização do país. Foi observado que quanto mais democrático o país, ou seja, quanto mais fácil for possível falar sobre orientação sexual, sobre educação sexual, sobre garantias, sobre violação aos direitos, mais combatente às violações e aos crimes, esse país vai estar à frente.

Bom, o relatório dessa pesquisa analisa quatro quesitos principais. Ele avalia o ambiente, como a segurança e estabilidade de um país, o aparato legal da proteção às crianças, que se diga: aqui no Brasil há um aparato muito importante e completo. Nós temos a Constituição Federal, que indica a proteção integral a crianças e adolescentes, que indica que a prioridade absoluta, entre vários outros subprincípios que garantem realmente que devemos trabalhar de forma prioritária na atuação desse grupo de vulneráveis. E também o compromisso e a capacidade dos governos em executar as políticas no setor. E é nesse quesito especificamente que o Brasil teve uma nota abaixo da média. Ele conseguiu ter uma nota positiva em todos os quesitos, mas nesse, especificamente, de execução desses compromissos é o que nós temos falhado.

Por isso a importância de estarmos hoje aqui reunidos com todas as instituições responsáveis pela defesa dessas crianças e adolescentes, para que a gente inicie uma série de engajamentos propositivos, para que a gente possa atuar realmente de forma eficiente e em Rede.

Bom, mas nem tudo dentro da perspectiva de combate à violência e abuso contra crianças e adolescentes é negativo.

Nós realmente temos uma falha em implementarmos compromissos legais, mas nós também tivemos diversos avanços. Nós temos um combate à sexualização precoce. Existe a criminalização do estupro, que prevê que há violência presumida, independentemente de consentimento da vítima.

Todas as crianças e adolescentes menores de 14 anos não podem manter relação sexual. Então, independentemente se ela consente ou não, para a lei isso configura estupro. Então, é um avanço nessa sexualização, em combate à sexualização precoce.

Outro avanço que tivemos, foi a unificação dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, porque nós observávamos que os meninos eram negligenciados. As meninas tinham uma proteção, que era o estupro, que prevê uma pena maior, mas os meninos, em tese, segundo a legislação anterior, eles não eram vítimas de estupros, porque o estupro, em tese, naquela época, só se configurava com a conjunção carnal e a penetração vaginal. Com a unificação dos crimes, hoje tanto meninas e meninos podem ser vítimas de estupro e a gente acaba com essa negligência que era feita às crianças do sexo masculino.

Outro ponto importantíssimo que inviabilizava tanto a instrução processual e o combate efetivo à violência sexual, e que já adiantou o Psicólogo, é o “Depoimento sem dano”, que a partir de 2017 foi regulamentado, mas ele já existia, salvo melhor juízo, desde a Resolução 33 do CNJ, de 2015.

O que esse depoimento visa? A gente sabe o quanto é difícil e traumático falar sobre uma violência sexual ou até uma violência física. E, infelizmente, a gente dificilmente conseguia instruir um processo, porque acabávamos que revitimizávamos a criança por diversas vezes. Ela passava primeiro no Conselho Tutelar, tinha que explicar toda a violação; depois na Polícia Civil; posteriormente na Defensoria Pública; no MP e, depois, diversas vezes em juízo. O “Depoimento sem dano” tem por objetivo criar um ambiente não hostil, em que as crianças e os adolescentes são ouvidos através de um psicólogo, cujas perguntas são formuladas de acordo com a capacidade de entendimento de cada um. Se necessário, de forma lúdica, de forma a evitar que a criança seja novamente violada, e dessa vez pelo Estado, que é a sua última instância, seu último recurso de proteção.

Então, a gente ainda não pode, como é muito recente a alteração legislativa e infelizmente nem todos os Estados implementaram de forma efetiva. Aqui em Rondônia, nós ainda não temos o espaço físico infelizmente, mas já é realizado.

Mas em razão até da própria estrutura do fórum, que está mudando, a gente ainda não tem uma sala apropriada, não tem como dar estatísticas precisas de como a implementação desse “Depoimento sem dano” vem causar um benefício em combate à violação. Mas, obviamente, pela própria natureza e pelos próprios fins, dedutivamente, a gente sabe que vai ser um grande avanço.

Bom, a “Educação em direitos” também é muito importante, como bem salientada já pelo profissional específico da área. A gente tem que acabar com o tabu. Obviamente que a linguagem que a gente vai falar com um adolescente, com um adulto, sobre a sexualidade não é a linguagem que nós vamos tratar com as crianças. Mas é um assunto que tem que ser enfrentado. Se a criança não aprende com os seus pais, se não aprende através da escola ou outros meios que detêm capacidade técnica de prover aquele conhecimento, elas vão aprender de outra forma: YouTube, internet e às vezes, infelizmente, até através de ocorrências de crimes.

Então, a “Educação em direitos” trazer as escolas, suas discussões de acordo e respeitando a faixa etária e a capacidade de discernimento de cada criança, de cada adolescente é muito importante, porque quebra o mito de se falar do assunto e você passa a compreender o que é sexo e até compreender se está havendo alguma violação. Muitas crianças que não recebem essa capacitação e essa orientação, acabam achando que é normal.

É muito comum, infelizmente, nós ouvirmos crianças e adolescentes que acham que é normal a prática de algumas condutas sexuais com os pais, com os padrastos ou com tio, porque elas não receberam uma orientação de que aquilo é errado. Então, foi o estímulo que ela recebeu durante anos e ela acaba por compreender que aquilo é correta, que dá prazer.

Então, a importância da intervenção familiar, do Estado através da escola, do Conselho Tutelar também, é bastante impactante e causa, inibe essa violência.

Bom, o fortalecimento da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente também, como eu já ressaltai no início da explanação, este momento é muito importante para que a gente crie um protocolo realmente propositivo, para que a gente organize como se darão os encaminhamentos, as denúncias,

quais são os órgãos responsáveis, e o que a gente pode cobrar de cada um.

Infelizmente a gente vê o Conselho Tutelar através de mandatos, às vezes a própria carreira do Ministério Público, da Defensoria Pública, a gente fica volátil e acaba modificando, mas, a gente precisa deixar um legado, um protocolo específico para que a gente consiga fazer os encaminhamentos corretos e, aí, de forma eficiente a gente combater a violência contra a criança.

#### **(Apresentação de Slides)**

Bom, eu trouxe hoje um projeto que é do Judiciário do Estado de Rondônia, o Projeto Miracema que tem atuado nos distritos específicos da Comarca de Porto Velho. É um projeto que a Defensoria Pública pretende se engajar e fazer parte a partir deste ano ainda, nós temos uma reunião marcada em outubro. E o que visa esse projeto? Observamos que nos casos de violência doméstica contra criança e o adolescente, sexual, a maior ocorrência seria nos Distritos. Então, esse projeto visa levar um psicólogo, um assistente social, e a Defensoria pretende entrar levando também orientação jurídica, as consequências jurídicas para a família, para a própria igreja que repassa isso aos pais e às escolas, visa levar a educação em direitos para que a criança entenda quais são seus direitos, seus deveres, o que são as violações sexuais. Orientar que não é certo iniciar a vida sexual precoce, porque muitas daquelas crianças como estão distantes da capital, acabam compreendendo e tendo uma cultura a parte, para elas é natural e aquela história vai se repetindo.

Então, o projeto visa, na verdade, acabar com esse ciclo.

Ele visa combater essa sexualidade precoce, orientando os líderes religiosos, orientando os profissionais das escolas, de saúde, os próprios pais e as crianças e os adolescentes de que aquilo deve ser aguardado para a idade adequada e mediante os cuidados necessários.

Nos próximos slides têm algumas fotos. Esse aqui é o caminho das denúncias. Como é importante, antes de passar os slides das fotos, eu coloquei o Conselho Tutelar como centro, por quê? O Conselho Tutelar é um órgão extremamente importante para o combate à violência, o abuso contra a criança e o adolescente, porque ele é o órgão primário de contenção.

Em tese, é ao Conselho Tutelar que chegam as primeiras informações e que deve tomar as medidas cabíveis - que chega da família, da comunidade, pode chegar de instituições da sociedade civil. A partir do momento que essas informações chegam ao Conselho Tutelar, ele tem que promover as comunicações à Defensoria Pública, à Polícia Civil e à própria Vara da Infância e Juventude - mudou recentemente a nomenclatura. Antigamente era chamado de Juizado de Infância e Juventude e hoje temos as Varas da Infância e Juventude: a Vara de Atos Infracionais e a Vara de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Bom, essas são as fotos do Projeto Calama, que como dito é realizado e implementado hoje pelo Judiciário de Rondônia, são feitos em duas etapas. Primeiro os assistentes sociais e os psicólogos se reúnem com os líderes, os líderes religiosos, as escolas se reúnem e passam as orientações, isso no primeiro dia. No segundo dia é feito um contato direto com as famílias, com as crianças, em que são repassadas as orientações para combater realmente essa sexualização precoce.

São dois anos de execução desse projeto, ainda não há dados estatísticos que a gente possa apontar como uma melhoria. Mas, só o fato de levar conhecimento, quebrar o tabu sobre a sexualidade, conhecer sobre o que é certo e o

que é errado, obviamente vai causar um aspecto positivo em toda essa proposta realmente de inibir a violação e abuso contra criança.

Bom, e os demais slides são fotos.

Esse foi no Distrito de Calama, no Nazaré, São Carlos, a Denise ainda quando fazia parte da equipe. Jaci-Paraná, Nova Mutum Paraná, União dos Bandeirantes.

Bom, em 2019, nós temos ainda a programação de visitar os distritos de Nova Califórnia e Extrema nos dias 14 e 18 de outubro. E, em 2020, temos a programação de atender esses distritos, mas ainda sem data.

Então, essa era a breve explanação que a Defensoria queria trazer. Ressaltar a importância de nos conhecermos e de realmente trabalharmos em rede para que a gente, efetivamente possa combater a violência. Obrigada.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Obrigado, Doutora. Muito obrigado. Quero chamar à Mesa, convidar à Mesa, o meu amigo Deputado Eyder Brasil, já agradecer aqui pela presença de estar conosco.

Os próximos, no caso os palestrantes seriam o doutor e a doutora que já falaram e os próximos eu peço para que adiante o máximo. Três minutos é o suficiente? Por favor.

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônia)**- Neste momento passaremos a palavra ao Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Dr. Éverson Antônio Pini, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia.

**O SR. ÉVERSON ANTÔNIO PINI** – Bom dia a todos. Como o meu tempo é escasso, eu vou atropelar os cumprimentos.

Há 24 anos que eu sou Promotor de Justiça e muito me preocupa a figura do Estado, a obrigação do Estado que não é cumprida a contento. Não vou falar de violência sexual especificamente, não vou falar de outro tipo de violência, porque já foram muito bem abordados aqui, mas o Estado precisa rever o seu modelo de gestão. Nós precisamos de políticas de Estado e não políticas de Governo.

Hoje, para mim é muito claro, eu estou atuando especificamente com adolescente em conflito com a lei - que é aquele adolescente delinquente, popularmente falando - ,exclusivamente com esta atividade e eu sinto a ausência completa do Estado. Nós não conseguimos movimentar a máquina pública para que as coisas funcionem. A nossa pirâmide é invertida. As cúpulas têm tudo o que tem, como um ambiente deste refrigerado, e aí eu faço uma alusão ao Ministério Público para fazer uma autocrítica da minha Instituição, não me sinto com autoridade para criticar instituição outra qualquer, mas quando você vai lá na ponta, as coisas não funcionam. Para que se consiga um veículo, por exemplo, para o CREAS, nós tivemos que conseguir recurso do Ministério Público Federal. Para conseguir R\$ 72 mil para Candeias do Jamari, R\$ 72 mil, para fazer uma política pública de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, eu fui ontem lá, compirei na mão, uma política de boa vizinhança com o prefeito para pedir que isso fosse garantido. Para conseguir recurso para treinamento dos socioeducadores, orçamentários, eu tive que propor uma ação civil pública e no âmbito da ação civil pública fazer uma negociação para que esse recurso chegasse.

Então, a verdade é a seguinte, nós temos que ser honestos: sem dinheiro não se faz nada. A nossa legislação é espetacular, é maravilhosa, mas, infelizmente, ela não é implementada a contento. Melhorou bastante. Nós temos uma Rede que está funcionando mais ou menos, mas se o Estado

não implementar isso e o Estado, quando eu quero dizer, é o Estado em todos os seus segmentos, tanto a União, como o Estado, quanto os municípios. Se não olhar para isso, largar os nossos técnicos abandonados, sem transporte, sem combustível, sem um ar-condicionado adequado, sem condições de desenvolver os projetos, um sistema que não funciona, e aí você começa a ter políticas de governo, entra um governo e ele define uma política de governo e abandona as políticas anteriores. E aí, isso tudo vai ficando abandonado.

Nós temos que olhar para essa rede. O Estado precisa olhar para essa rede. Os recursos precisam chegar lá. Porque senão nós vamos ficar fazendo audiências públicas, vamos ficar conversando e resultados efetivos nós vamos ter daqui 50 anos. E nós não podemos esperar 50 anos. As coisas estão urgentes, elas estão pedindo.

Eu costumo sempre dizer, quando eu leio o relatório de um adolescente infrator, e o termo "infrator" não é adequado, mas eu acho que nós temos que acabar com esse politicamente correto. Falar que o menino está em um alojamento, ele está em uma cela, ele não está em alojamento. Falar que aquilo ali é uma unidade de internação, que unidade de internação? Aquilo é um presídio juvenil. Nós temos que falar o português correto. E olhar para isso e ver que os recursos não chegam para se efetivar... Para que vocês tenham uma ideia, nós temos hoje depositado em conta judicial, decorrente de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público há 24 anos, R\$ 19 milhões para investir e construir uma unidade de internação nova, com um padrão, que nós conseguimos desenvolver um projeto padrão internacional. E nós estamos há quase três anos e não conseguimos fazer com que a coisa funcione, que a coisa ande.

Então, existe uma falência do Estado nisso e o Estado precisa se reinventar. O recurso precisa chegar aonde..., nós temos que inverter essa pirâmide. Investir nas nossas escolas, tornar as nossas escolas ambientes agradáveis, investir nos nossos professores, investir nos nossos técnicos, preparar as pessoas, porque daí nós vamos colher resultados. Senão nós vamos continuar, Deputado, e o senhor numa Casa de Leis, fazendo leis espetaculares, mas todas as vezes que se faz uma lei espetacular, mas não cria mecanismos para que ela seja implementada, nós ficamos cada vez mais, nos sentindo num processo de falência. Então, eu entendo que nós precisamos rever isso. E, olhando o relatório dos adolescentes, no abandono que eles têm, eu sempre digo: se eu tivesse vivido essa vida, existiria uma grande possibilidade de eu ser um adolescente infrator também. Violência sexual, violência física, abandono material, falta de perspectiva. E aí eu vejo algumas pessoas falando assim: - ah, vamos juntar dinheiro para ir para a África, ajudar. A África está aqui, gente! A África está na periferia de Porto Velho. Nós não precisamos ir à África para ver as coisas.

E onde estão as políticas públicas? Eu vou trazer um exemplo aqui, eu não estou fazendo crítica à política absolutamente de ninguém, porque eu sou parte disso, eu me sinto responsável. Se nós tivéssemos um País onde as políticas públicas funcionassem efetivamente, nós não teríamos essas crianças venezuelanas nas ruas hoje, nos semáforos, não teríamos! Então, tem alguma coisa na política pública, no modelo do Estado brasileiro que não está funcionando e nós precisamos enfrentar isso. Discutir por que isso não está funcionando. Ou é falta de compromisso do servidor público ou é falta de compromisso do gestor ou é falta de planejamento ou é falta de avaliação dos resultados que está sendo feito, mas têm coisas erradas.

Então, violência sexual, por exemplo, se você tiver uma escola bem preparada, professores preparados, nós vamos ter, hoje, uma publicidade maior e uma recepção dessa criança.

Para vocês terem uma ideia, a Doutora falou sobre essa escuta da criança, mas vai ver as estruturas públicas. Nós temos que ouvir no Judiciário porque o poder público não tem estrutura para ouvir a criança. Essa semana, eu estou no plantão cível, recebi um telefonema de uma mãe que a criança foi vítima de um abuso sexual, foi no Conselho Tutelar, o Conselho Tutelar não conseguiu resolver. Eu vou ouvi-la no MP porque não tem uma estrutura de Estado para ouvir, para dar o encaminhamento para ela. E não é papel do Ministério Público, a gente faz isso.

Eu faço. Não vou dizer 'com o maior prazer', porque o fato é grave, mas eu atendo, eu vou fazer, mas isso é uma exceção.

Então, Deputado, nós precisamos rediscutir o modelo de Estado. Se o Estado não fizer com que os recursos cheguem lá na ponta, especialmente para os técnicos, para as pessoas, e cobrar resultados, nós vamos continuar chovendo no molhado, infelizmente.

Essa é uma avaliação assim, bastante prática. Nada de muito técnico, porque as estatísticas estão aí. Para não se falar e já foi muito bem abordada, mas essa é a visão que eu tenho, que o Estado precisa, nós precisamos nos unir. O Poder Legislativo tem uma importância fundamental nesse processo, o Poder Executivo, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria, e olhar e verificar por não está ocorrendo, onde nós estamos falhando. Onde o Estado está falhando e começar a implementar políticas de Estado e não políticas de governo, para que elas não mudem de um governo para o outro.

Então, deixo esse tema a reflexão de vocês, porque para mim é muito, muito claro que se o Estado não olhar para isso...

Nós temos vários projetos hoje, na socioeducação, Projeto "Vida Livre", feito pelo Ministério Público, Projeto "Cuidando do Cuidador". Eu tenho projetos maravilhosos, mas não devia ser feito pelo Ministério Público, não é função do Ministério Público fazer isso. Mas a gente vai porque vê que alguma coisa não está funcionando lá na ponta, que alguma coisa não está funcionando lá na ponta. E isso tem que ser olhado, porque senão as soluções não virão.

Eu acho que eu já extrapolei o tempo, eu gostaria de falar mais, mas é uma ideia para mim que já é muito madura, na minha cabeça, essa visão de solução existe, de forma bastante concreta. Mas nós precisamos mudar o nosso modelo.

Agradeço a atenção de todos e obrigado pela oportunidade.

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)** – Registramos e agradecemos a presença da senhora Ana Carla da Silva, Vice-Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, e também da Dra. Tais Iamasake, Coordenadora do Fórum Estadual da Criança e do Adolescente.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Só parabenizar a fala do Dr. Éverson. O senhor falou perfeito, tudo. De fato é o que tem acontecido. Sem enrolar, nas suas palavras, foi eficaz. É um tema que a gente vai debater. Eu sei que numa Audiência só, não é possível a gente falar realmente tudo, mas um pouquinho que cada um tem falado aqui, já colaborou e muito para esse tema, está bom? Parabéns, Doutor.

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)** – Convidamos agora, a Dra. Denise de Carvalho Campos Coordenadora do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos, para proferir a sua mensagem.

**A SRA. DENISE DE CARVALHO CAMPOS** - Bom dia a todos. Eu agradeço o convite do Deputado Alex Silva, de estar aqui representando a minha organização que é o Centro de Defesa da Criança Adolescente Maria dos Anjos, que este ano completa 26 anos de trabalho em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. E dizer que também estamos na coordenação da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente. E como o tempo é muito breve, a gente precisa deixar alguns pontos bem claros aqui. Primeiro reafirmar que a violência sexual contra crianças e adolescentes é um grave problema social e de saúde pública e que afeta indistintamente, independente de classe social, religião, cor, raça, todas as crianças no mundo inteiro, não é um problema novo e que Rondônia, traz dados graves não é de hoje.

Quando recentemente saiu no noticiário, aí na mídia, que Porto Velho figurava no ranking nacional das capitais brasileiras, primeiro lugar em estupro de crianças e adolescentes, para nós que trabalhamos com isso, não é novidade, muita gente se assustou. E aí eu acho importante também dizer que nós temos uma Rede de Enfrentamento à Violência Municipal e que ela está vinculada a uma articulação nacional, que é o Comitê Nacional de Enfretamento à Violência Sexual. E não é de hoje que a gente pauta a questão da violência nos espaços públicos. Já fizemos diversas Audiências aqui na Assembleia Legislativa, trouxemos especialistas, na Câmara Municipal também, no período da época da construção das usinas em que a questão da exploração sexual tomou uma proporção alarmante. Eu até anotei aqui olha: em 2009, tínhamos 306 casos, em 2010, pulou para 953. Isso, registrados, mas a gente sabe que há uma subnotificação. O que chega aos registros oficiais é apenas uma pequena parte, representa uma pequena parte do número de casos que acontecem.

E aí o que isso tudo traduz? O que o Promotor acabou de falar, o Estado de Rondônia não tem uma política estadual para o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes. E isso não é por falta de pactuações, já houve diversas pactuações. Todo ano, na Campanha Nacional de 18 de maio de maio, que o Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual, a gente convida todas as autoridades, todos os seguimentos para olhar para essa situação, para esse grave problema. E o ano passado houve uma audiência no Ministério Público em que foi feito uma pactuação entre as autoridades no sentido de se comprometer a fazer, implementar políticas, a garantir recursos para o enfrentamento a essa violência. Mas, infelizmente, olha, eu estou a 34 anos nessa área, e a gente vê muito pouco avanço no âmbito das políticas públicas. Existe sim uma mobilização, uma articulação entre as organizações.

A Rede é formada por organizações governamentais e não governamentais, há profissionais qualificados, capacitados, mas, é o que o Dr. Éverson, falou, não há políticas efetivas que tenham recursos garantidos e nem interesse realmente em fazer valer esses direitos.

Então, assim, a gente recentemente, na Rede, inclusive levamos uma proposição de entrar com uma ação civil pública contra o Estado, embora muita gente fala: "mas, isso vai demorar demais, isso vai resolver?", mas, enfim, nós temos que usar os instrumentos que a Lei nos oferece, e um deles é buscar o direito; Porque o direito está colocado no papel, mas ele não é dado, ele é arduamente conquistado, e a gente vê que a situação é gravíssima por exemplo, vou só apresentar algumas questões aqui. A Dra. Marillya falou de um fluxo, que tem que ter um fluxo de atendimento. Em nível de Porto Velho existe um fluxo, onde envolve toda a Rede: Conselho Tutelar o Sistema de Justiça como um todo, serviços socioassistenciais.

Acontece que essa Rede não funciona por aquilo que ele falou, que lá na ponta nós não temos a estrutura necessária.

O CREAS, o Gyovani já falou, a gente não vai entrar em cada uma dessas situações porque o tempo é curto, mas, assim, falta pessoal, falta estrutura. Aí eu quero destacar também na fala do Gyovani, quando ele fala da Lei 13.431, onde ela vai trazer um novo, uma nova responsabilização além daquela que é afeta a quem cometeu a violência, mas há a violência institucional.

Então, quando a gente fala em responsabilização, não é só aquele agente direto que cometeu a violência, mas também aqueles que após tomar conhecimento dessa situação não fez nada, e é isso que reiteradamente o Estado de Rondônia vem fazendo. Eles não, nós não temos políticas efetivas que garantam a reparação mínima desse direito. Então, as crianças sofrem a violência, mas depois não são atendidas pelo Estado, seja no âmbito do sistema de Justiça, seja no âmbito da rede socioassistencial. Hoje, uma criança, eu falo em Porto Velho, mas eu acredito que isso seja uma realidade estadual. Hoje uma criança que passou por uma situação, ela e a família dela, de violência e que precisa de atendimento psicológico, ela não tem aonde receber esse atendimento que não existe, não existe.

O CREAS faz o acompanhamento psicossocial da situação, mas depois essa criança, ao necessitar de um atendimento terapêutico, constante, sistemático, ela não tem aonde recorrer.

Nós temos usado como parceiro as faculdades de Psicologia, mas é obrigação do Estado. As faculdades entram com parceiros, apoiando, mas as faculdades têm limitações de atendimento, elas têm limitações no período... São clínicas-escolas, o atendimento é feito por estudantes supervisionados, mas são estudantes. Elas têm as dificuldades também, que é período de recesso, de férias elas param o atendimento. Quer dizer, uma criança que vem sendo atendida lá, chegou o período de férias, acabou. Então assim, nós temos uma série de demandas que não estão sendo atendidas e essa violação é reiterada.

Outra coisa, o plano estadual. Nós temos um plano nacional que foi criado, elaborado em 2000, chama Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, que traz as diretrizes para os planos estaduais e municipais. Rondônia, desde 2009, está sem um plano estadual, por quê? O que existia foi feito por iniciativa, inclusive, do Centro de Defesa através de um projeto, porque o Estado não tomava iniciativa à gente falou: "então vamos organizar um seminário trazer representações do Estado e fazer esse, construir esse plano".

Fizemos, ele tinha metas que não foram cumpridas até 2009 e de lá para cá não temos plano. Então assim, os Estados brasileiros estão revisando seus planos, atualizando e nós não temos nada.

No âmbito também de articulação e mobilização existiu um Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual e ele está inativo há 2 anos. O Fundo Estadual que seria o recurso também para que pudesse apoiar ações para o enfrentamento, o Fundo Estadual também está paralisado, sem possibilidade de atender através de editais públicos, organizações que queiram realizar alguma ação nesse sentido. E aí, assim, a gente, enquanto profissionais que atua nessa área, a gente lida com todas as consequências, a gravidade dessa violência e não vê uma ação proativa do Estado no sentido de protegê-las.

Então assim, a proteção integral a uma criança, além de ser um dever ético de todos nós, está na Constituição, é um preceito constitucional. O ECA, a Constituição Federal e o ECA trazem lá: "criança, é prioridade absoluta", mas onde está essa prioridade? Ela não está nos recursos, ela não está na política,

ela não está na atenção que o Estado deveria dar. Então assim, o grande violador é o Estado, o grande violador é o Estado e a gente só vê a situação piorar. Como o Gyovani trouxe, há consequências disso em longo prazo. Uma criança, de todas as violências que uma criança pode vir a passar, eu acho que a violência sexual é uma das experiências mais traumáticas na vida de uma criança, porque ela tira a possibilidade de um desenvolvimento saudável e de um exercício da sexualidade segura sem a interferência de um adulto. A criança está num processo de formação. Então, as consequências, hoje a gente vê aí um alto índice de violência doméstica contra a mulher, alto índice de suicídio, alto índice de consumo de drogas. Quer dizer, tudo isso está relacionado a esse desenvolvimento ao sujeito criança, que não foi olhado, não foi cuidado e não foi protegido.

Então a gente precisa realmente, eu quero destacar também a importância que a Doutora Marília trouxe, da educação em direitos humanos. Não se faz prevenção sem essa formação. A criança tem que saber o que é essa violência, como ela pode se proteger, porque se ela é dentro de casa ninguém sabe quando ela vai acontecer. Então, a criança precisa, dentro do seu processo de desenvolvimento, receber orientação. E a gente vê hoje um pânico moral muito grande na sociedade, que não se pode falar nada que tenha essa palavrinha: sexo, sexualidade.

Nós estamos falando de proteção. E a proteção envolve que uma criança tem que saber que um adulto não pode tocar nela sem que não seja um cuidado de pai, de mãe ali, para...

Então assim, a gente precisa realmente repensar, como o Dr. Éverson falou, essa questão da gestão pública não é? Porque não é falta de recurso, eu acho que é falta realmente de interesse e vontade política em fazer.

E eu quero aqui também chamar a atenção da responsabilidade de todos nós, mas principalmente do Ministério Público, da Defensoria Pública, ao detectar que o Estado tem sido um constante violador, e o que é que tem acontecido? Qual tem sido a responsabilização do Estado por não cumprir um preceito institucional que é garantir a proteção de criança e adolescente?

Então assim, não dá para a gente viver reunindo só para falar da gravidade do problema. Tem que ter uma responsabilização e eu acho que a Lei 13.431 abre um caminho para isso. Todos nós temos deveres e responsabilidades, mas o Estado, no seu papel de garantir essa proteção e de reparar essa violação, se ele não faz, ele tem que ser responsabilizada.

Chega de ficar só falando que o Estado não faz, não faz e aí? Para que temos os mecanismos para responsabilizar o Estado? É para isso.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Ok, Doutora.

**A SRA. DENISE CARVALHO CAMPOS** – Eu agradeço.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Obrigado pela sua fala. Eu peço perdão por não se estender muito para que não tome o espaço da fala do outro. Isso aqui é um tema que se pudesse, a gentealaria a tarde toda. Parabéns, Doutora. Bem colocadas as suas palavras.

Paim, por favor, a próxima, o próximo.

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)** – Agora com a palavra, a senhora Laís Reis de Castro, Técnica Pedagógica do Núcleo Estadual de Saúde, na Escola – SEDUC.

**A SRA. LAÍS REIS DE CASTRO** – Bom dia. Eu sou Laís, Psicóloga do Núcleo Estadual de Programa de Saúde na Escola.

Então, obrigada pelo convite, Deputado. Eu trabalho com o PSE, Programa que é intersetorial do Governo Federal e que atualmente nós temos os 52 municípios pactuados no Programa, no Estado de Rondônia. Nós temos 701 escolas no PSE, 247.648 estudantes e 526 equipes de saúde para trabalhar dentro das nossas escolas com estudantes. E dentro das 12 ações do PSE, nós temos uma ação que é a Prevenção das Violências e dos Acidentes. Então que está diretamente ligada à questão da violência sexual contra a criança e os adolescentes.

E o PSE trabalha basicamente com a prevenção. Agora, para que realmente isso seja efetivado, é preciso que as equipes de saúde pactuadas no PSE no Estado de Rondônia, realmente façam um trabalho com os nossos estudantes. E, neste monitoramento que o PSE faz nos 52 municípios, nós não estamos vendo isso realmente acontecer.

Então, uma coisa é o que está escrito no Termo de Compromisso dos Municípios. Cada município que faz adesão ao Programa de Saúde na Escola, os Secretários de Saúde e de Educação, eles assinam um Termo de Compromisso. O de Saúde dizendo quantas equipes ele tem; e o de Educação, as escolas e, conseqüentemente, os estudantes que vão ser atendidos. Mas para que realmente o PSE funcione no Estado de Rondônia e que esses números alarmantes que nós estamos vendo diminuam, é preciso que os municípios garantam no PPA, recursos financeiros para a operacionalização do PSE, porque sem isso a gente não vai conseguir diminuir esses números. Porque todos falam, mas o direito da criança já foi violado; não é, Denise e Gyovani? Quando chegam ao Gyovani e na Denise, o direito da criança já foi violado. Então, o que a gente precisa é que realmente a prevenção aconteça, que não está acontecendo.

Então, é preciso que esses documentos que foram assinados pelos Secretários, realmente sejam cumpridos e isso não está acontecendo no Estado de Rondônia.

O PSE existe desde 2007. Ele foi instituído pelo Governo Federal, no Decreto 6.286, de 2007. Aqui no Estado de Rondônia, o PSE começou em 2008. E de lá para cá...

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)** - Os nossos agradecimentos à honrosa presença do Deputado Federal Léo Moraes, bancada de Rondônia na Câmara Federal, e jáo convidamos para compor a Mesa neste momento.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Desculpa, querida. Vá.

**A SRA. LAÍS REIS DE CASTRO** – Então, como eu falei, o que precisa é que tanto o Governo Federal, os Estados e os municípios, conseqüentemente, pactuados no PSE, realmente cumpram o que está escrito no Termo de Compromisso Municipal do PSE. Lá, existem duas ações que devem ser realizadas com os estudantes. Ao fazer o monitoramento no Estado, nós não estamos vendo isso realmente acontecer. Os nossos estudantes estão lá nas escolas precisando desse atendimento, e esse atendimento não está sendo realizado, não é?

Então, o que precisa realmente, como disse a Denise, é que as coisas não fiquem só na fala. A gente vem todo ano, a gente fala, e o ano que vem nós vamos estar aqui de novo falando as mesmas coisas, se realmente a prevenção não for prioridade dentro de uma política estadual, não adianta. Quando o estudante chega lá na Denise ou lá no Gyovani, o direito dele já foi violado. Então, o direito dele precisa ser garantido lá na

escola, antes que aconteça. E a gente precisa realmente que isso se efetive no Estado de Rondônia, para que o ano que vem a gente não esteja aqui de novo falando novamente as mesmas coisas. Obrigada.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Obrigado à senhora Laís Reis de Castro pela sua fala, e me desculpe aí. Quem é a próxima, Paim, por favor?

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)** - Agradecemos à senhora Lenilda Gomes de Sá, Coordenadora do Programa Criança Protegida – SESAU; senhora Carla de Souza, Coordenadora de Saúde do Adolescente, da SESAU.

Para fazer o uso da palavra, convidamos À senhora Marina Falcão, Conselheira do 2º Conselho Tutelar de Porto Velho, Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Porto Velho.

**A SRA. MARINA FALCÃO** - A todos, bom dia. Parabênizo o Deputado Alex pela iniciativabrilhante. Parabéns a todos aqui presentes, ao meu amigo que acabou de chegar, Léo Moraes, aos Conselheiros Tutelares que estão presentes, Conselheiro Ezielmo, Conselheira Marizânia, Conselheira Ana Cássia, e lá na plateia, têm os Conselheiros Tutelares – levantem a mão aí nossos Conselheiros; ali têm Conselheiros Tutelares - que estamos aqui porque somos aponta, como a maioria disse, como bem citado pela Doutora, estamos ali na ponta para recebermos essas situações.

Também faz parte da Coordenação da Rede, como a Denise e alguns que ali estão também sentados. Cadê os nossos participantes, lutadores, guerreiros da Rede de Enfrentamento que estão ali também?

Queremos falar da situação do Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar é um órgão que atende quando ele é acionado e quando há uma violação de direito com crianças e adolescentes. Temos um atendimento no Conselho Tutelar e nós temos evitado o que muitas pessoas falam, que chegam ao Conselho, fala; chegam não sei aonde, falam. Nós temos evitado essa fala. Quando chegamos Conselho: "ah, aconteceu isso, isso". A gente já faz os encaminhamentos o mais rápido possível.

E quero deixar um alerta com relação às crianças que estão em situação já de violência sexual. A maioria das informações aciona o Conselho Tutelar. A criança foi abusada sexualmente, está ali passando por uma situação totalmente precisando de ajuda médica: chama o Conselho Tutelar. A casa está pegando fogo: chama o Conselho Tutelar. Um adolescente esfaqueou o outro, viu, doutor Promotor: chama o Conselho Tutelar.

Então, a gente precisa saber o que faz o Conselho Tutelar.

O artigo 136 diz as atribuições do Conselho Tutelar. Então, uma das atribuições é garantir os direitos quando há uma violação. E quando há essa violação de direitos com crianças abusadas sexualmente - está ali a Alice -, é prontamente atendido, prontamente atendido. Eu digo, porque já trabalho há anos nesta área como Conselheira Tutelar. Trabalhamos diretamente com os hospitais e a gente entra em contato com a Alice, a criança é atendida imediatamente. Há um fluxo de atendimento já elaborado pela Rede de Enfrentamento à Violência Sexual, que quando criança, até os seus 11 anos, masculino e feminino, vai ao Cosme e Damião, onde há um pronto atendimento, um trabalho lá muito bem feito e elaborado.

Parabéns a nossa representante que está ali, a Alice, Assistente Social do Cosme e Damião, quando é adolescente

do sexo feminino, a partir dos 12 anos na Maternidade Municipal, e quando é um menino, a partir dos 12 é nas UPAS. Então, esses são os atendimentos que são realizados com crianças vítimas de abuso sexual.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 4º diz que é dever da família garantir primeiramente os direitos fundamentais de uma criança e de um adolescente, depois a comunidade, a sociedade e, por fim, o poder público. Então, nós gostaríamos sim que o poder público aparecesse e fizesse o seu papel com relação a garantir direitos de crianças e adolescentes. No artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente diz: nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, punindo na forma da lei, por ação ou omissão aos seus direitos de criança ou adolescente. Isso é o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Gostaria de falar também, como ponta, como Conselho Tutelar, já estou como Conselheira Tutelar há um bom tempo.

E como falaram, a maior violação de direito envolvendo crianças e adolescentes, é na Zona Leste, e é mesmo, é a área que eu trabalho. O Conselho Tutelar trabalha por jurisdição, por bairro, onde a criança mora, onde a criança está, o Conselho Tutelar atua. Em Porto Velho nós temos quatro Conselhos Tutelares, quatro, divididos: o primeiro Conselho atende parte do centro, São Sebastião, Nacional. O segundo Conselho, parte da Zona Leste. O quarto Conselho já atende outra parte da Zona Leste também e temos o terceiro Conselho que atende parte da Zona Sul, que o nosso Conselheiro está ali, o Ezielmo.

Então, para você entrar em contato com o Conselho Tutelar e pegar informações, você pode pegar ligar no 0800-6471311, ali nós estamos para fazer a orientação. O Conselho Tutelar trabalha 24 horas em regime de plantão, nós trabalhamos, plantão sobreaviso. Então, você pode ligar no 0800-6471311 e pedir mais informações sobre o Conselho Tutelar.

Com relação à Rede de Enfrentamento, ao qual eu faço parte, gostaria de convidar a todos, sem exceção, a todos a participarem da reunião que nós teremos uma reunião na terça-feira que vem, às 15:00 horas, lá no Ministério Público e estão todos convidados a participarem dessa reunião para que juntos possamos fazer realmente a diferença.

Eu quero encerrar com o que diz a palavra de Deus em Eclesiastes, cap. 9,10, ele diz assim: "tudo que vier em tuas mãos para fazer, fazei-o conforme as tuas forças, porque para a sepultura, para onde tu vais, lá não há obra, lá não há ciência, lá não há sabedoria alguma". Muito obrigada.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Obrigado, senhora Marina Falcão. Ontem, só para ressaltar, estivemos lá em Tarilândia para tentar resolver aquela questão que os demais aí já sabem, do Conselho de lá e assim, foi bom, depois a gente vai...

**A SRA. MARINA FALCÃO** – Nós ficamos sabendo, a gente está em uma Rede. Parabéns, eu me esqueci de falar, realmente uma articulação muito boa. Vale ressaltar realmente. E eu quero só dizer uma coisa que eu me esqueci do Conselho de Jaci, que em Jaci também tem e precisa realmente de um olhar diferenciado também para o Conselho de Jaci. Muito obrigada.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)**- Foi bem proveitosa ontem a reunião extraordinária que nós fizemos da Comissão, lá em Tarilândia. Fui eu, a Deputada Cassia Muleta e o Deputado Anderson. Ouvimos diretamente da população sobre o caso, mas, em outra oportunidade a gente fala só com os Conselhos sobre esse assunto.

Registrar mais uma vez a presença do meu amigo, Deputado Léo Moraes, representando a Câmara Federal. Vai ser de grande valia a sua presença aqui, Deputado. A Excelentíssima Senhora Ana Maria Negreiros que está também aí na plateia, que é Secretária Municipal de Assistência Social da Família. Quem é a próximo? Dr. Hélio, não é?

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)**- Neste momento, passaremos a palavra ao Excelentíssimo Senhor Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto da SESDEC – Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania.

**O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA** – Bom dia a todos. Quero agradecer ao meu amigo Deputado Alex Silva, amigo que fiz e que respeito demais por essas iniciativas tão maravilhosas.

E, na pessoa dele, cumprimentar todos os demais da Mesa, meu amigo Deputado Léo Moraes meu amigo Deputado Eyder Brasil, eu não posso deixar de falar que são pessoas maravilhosas. Gostei muito das palavras do senhor Gyovani e também da Dra. Marillya, mas, me tocou muito as palavras do Dr. Éverson. Vejo, não uma transferência de culpa, uma terceirização que fica bem fácil nós sentarmos e ficarmos apontando dedo para os outros, mas, eu sempre, toda vez que penso nessas situações, penso a começar em mim: o que eu estou fazendo, qual é a minha responsabilidade dentro das minhas atribuições, o que estou fazendo. O Dr. Éverson bem falou ali, consciente das grandes atribuições e responsabilidades do MP, e aqui falo em nome da Secretaria de Segurança Pública que não estamos de mãos atadas, nós estamos assumindo uma postura pilática aqui de lavar as mãos e dizer que a responsabilidade é do outro governo, é de tudo o que não foi feito antes.

Minha amiga Liane está aqui, queria até que ela falasse primeiro, porque ela falar em um âmbito muito mais amplo, mas o Governo Federal estabeleceu o Programa Criança Protegida. Esse é um programa que vai estabelecer uma Rede bem interessante entre agências, aqui usando esse termo, muitas Secretarias: SEDUC, SEAS, SESAU e SESDEC, num trabalho preventivo e também reativo, no que diz respeito à violência contra a criança e o adolescente, onde essas Secretarias atuarão em conjunto. Certamente que essa Rede, a Rede de Atendimento que envolve os municípios e o Estado em um âmbito muito mais amplo, vai continuar na sua atuação e nós a fortaleceremos, com certeza. Mas cada servidor público dessa Rede, que eu agora falei, vai trabalhar na questão da prevenção de uma atuação mais precisa, mais consciente.

A SESDEC tem uma responsabilidade também muito grande no que diz respeito à atuação da Polícia Militar na prevenção, atuação da Polícia Civil na repressão e aí nós temos a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente que é uma delegacia que tem uma grande responsabilidade. Nós temos aqui o IML. O IML tem um papel relevante demais nessa Rede.

A minha esposa trabalha na Maternidade Municipal, ela é Psicóloga e ali na Maternidade Municipal recebe boa parte das vítimas de violência, das adolescentes, e ela tem falado comigo de como tem sido frequente e grande essa situação que, realmente nos comove, nos deixa apreensivos.

Aqui, no que diz respeito à Lei 13.431 fala que "o Poder Público deverá fortalecer as delegacias de proteção à criança e ao adolescente.". Aqui é o nosso dever, é o nosso papel, é nós fortaleceremos, a SESDEC vai trabalhar com firmeza nisso.

E quero assegurar a preocupação do Governador Marcos Rocha nesse sentido, da Secretária Liana; a Luana e Liana, a

dupla dinâmica ali. Tem Uélio e Hélio na SESDEC, tem Luana e Liana na SEAS, são as nossas duplas aqui.

Mas quero dizer que nós precisamos, como foi falado pelo Dr. Éverson, unir forças, focar nas prioridades, deixar de atuarmos no meio e voltarmos para o fim. Desculpa, Dr. Éverson, estar citando o senhor, mas realmente, foi marcante a sua fala, uma fala de preocupação abalizada, de quem está vivendo na ponta. E eu fui delegado na Delegacia de proteção à Criança e ao Adolescente por um tempo, e ali eu sentia as agruras, as dores de quem não tem realmente qualquer tipo de possibilidade. Precisa da nossa ajuda. Há pessoas que têm dinheiro, têm condições, podem pagar um Psicólogo. Mas eu cheguei ali, eu estive com algumas crianças que, realmente, a maior dor da minha vida, a pessoa não tem condição de levar o filho no hospital, não tem nem como pagar um meio de transporte. E isso me deixou altamente comiserado, altamente doído no meu coração. Graças a Deus a Polícia Civil, ali os policiais têm essa preocupação, coloca na viatura, leva, mas e depois, como fica? Então, isso não é uma questão de política pública tão somente, mas uma questão de humanidade. É uma questão de sabermos que nós, como seres humanos, temos que fazer mais. Temos que nos empregar. É doído. Eu também agradeço muito a sua fala, Denise, mereceu as palmas, com certeza, pelo emprego que tem, pela preocupação que tem.

Vamos conversar mais, vamos nos unir mais.

Então, e nesse sentido de união eu agradeço Deputado Alex Silva, agradeço à Assembleia Legislativa que tem feito bastante o seu papel, mas digo, o Executivo não está de mãos atadas. Nós estamos também preocupados e vamos trabalhar e atuar para que uma melhor proteção seja dada às nossas crianças e adolescentes. Muito obrigado.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Parabéns Dr. Hélio, pela sua fala, e obrigado.

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)** - Neste momento, para proferir a sua mensagem, fará uso da palavra a Excelentíssima Senhora Liana Silva de Almeida Lima, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS.

**A SRA. LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA** – Bom dia a todos. Todas as moças que também estão aqui presentes.

Sinceramente falando, eu estou com uma esperança imensa no meu coração, porque, fazendo parte do Governo do Estado de Rondônia, nosso Governador Marcos Rocha, nossa Secretária da Assistência e Desenvolvimento Social Luana Rocha, tem como Plano Estratégico de Governo, a implantação desse Plano Estratégico de 2019 a 2023 no seu eixo 3, que fala sobre cidadania, mais especificamente no item 3.5, eu gostaria que colocasse para as pessoas visualizarem aqui qual é a grande preocupação, dentro desse eixo estratégico, do Governo do Estado de Rondônia, que temos um plano sim de combate a essa violência da criança e adolescente.

E essa estratégia de governo, estamos fazendo justamente esse trabalho de implantar justamente essa questão no eixo 3.5, que fala justamente sobre essa questão da proteção da criança e do adolescente, é o eixo principal que fala sobre essa temática (esse plano está disponível na internet. É só colocar: "Governo do Estado de Rondônia" e, lá, você vai achar o planejamento estratégico).

Além disso, como bem falou o Dr. Hélio, aqui está assim: "O Estado atua de forma a prevenir a vulnerabilidade e a proteger a população em casos de violações e dignidade

humana. Tudo isso é compreendido como o exercício da cidadania, nas condições necessárias para a plenitude dos direitos fundamentais sociais. O sistema de prevenção, proteção e promoção de direitos singulariza a situação estatal desse eixo."

E quando você entrar, justamente nesse eixo estratégico para o próximo quadriênio, você vai encontrar quais são as estratégias do Governo do Estado de Rondônia para esse enfrentamento da Política de Direitos da Criança e do Adolescente. E, já executando esse plano, nós temos aqui, como bem falou o Dr. Hélio, o plano do Programa Criança Protegida. E eu vou deixar, nada mais nada menos, do que o próprio vídeo do Governador falando sobre essa questão.

Enquanto eles procuram o áudio, nós vamos falar justamente sobre como é a justificativa em relação a esta política e este plano do Programa Criança Protegida. A Política Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente possui como objetivo coordenar e acompanhar as políticas públicas voltadas para promoção, defesa e proteção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, bem como articular e fomentar projetos e programas voltados ao fortalecimento dos Conselhos de Direitos e fomentar projetos e programas voltados ao fortalecimento dos Conselhos de Tutelares em âmbito municipal e estadual.

Nesse sentido, foi celebrado o termo de cooperação técnica entre a União, por meio do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, e o Governo do Estado de Rondônia, visando à implementação do Programa Criança Protegida, que tem como objetivo capacitar agentes que integram o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente, com vistas ao fortalecimento do sistema e ao aprimoramento do atendimento da assistência e da proteção da criança e do adolescente com direitos violados.

Destarte, entende-se por agente do sistema de garantias de direitos, os agentes públicos e da sociedade civil, que atuam na rede de atendimento do Sistema Único de Saúde, do sistema educacional, na rede socioassistencial, nos Conselhos Tutelares, nos Conselhos de Direitos, nas políticas militares do batalhão escolar, nas Delegacias de proteção à criança e ao adolescente, em unidade de acolhimento institucional, na Vara da Infância e Juventude, nas unidades socioeducativas, e nas unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto.

Qual é o objetivo geral desse Programa? É o fortalecimento do sistema de garantia de direitos e o aprimoramento do atendimento da assistência e da proteção da criança e do adolescente com direitos violados. Então, o trabalho do Criança Protegida é justamente trabalhar em rede.

Nós temos os macrogestores. Quais são os macrogestores? São a SEDUC, como bem falou aqui o Dr. Hélio, a SESDEC, a Saúde e, também, a Assistência Social.

Dentro disso, nos dias 11 e 12 de setembro, nós tivemos a primeira capacitação, que foi a implementação (nós somos o Estado que está em primeiro lugar fazendo essa implementação do Programa). Nós capacitamos, nesses dias 11 e 12, 500 agentes multiplicadores (e acho que alguns deles estão aqui presentes, não é? Eu vejo muitos deles que estavam na capacitação também), 52 municípios estavam presentes neste evento. Nos dias 23 e 24 de outubro, agora próximo, vão ser traçados planos de ação já com as equipes dos macrogestores, justamente para fazer esse enfrentamento dessa política. Eu acredito que estarão juntos nisso, os Conselhos Tutelares, o CMDSA, os órgãos de fiscalização, o sistema de Justiça.

Eu acredito que só dessa maneira nós conseguiremos ter um avanço nesse sentido. Por quê? Porque nós sabemos desses índices enormes de violência - não é -, como bem citou, aqui, o nosso colega, o Psicólogo Gyovani. Porém, nós precisamos do quê? Esses dados, como bem apontou a nossa colega, que falou sobre o Conselho Tutelar ali, que os dados não são fidedignos. E nós precisamos do quê? É dar voz para que isso venha à tona, e, justamente, nós possamos trabalhar políticas eficientes e eficazes para, realmente diminuir ou minimizar esse problema, esse enfrentamento tão grande em relação à criança e ao adolescente.

Ontem mesmo, o papel do Estado, em relação a fazer as capacitações e fomentações dessa temática, teve o primeiro encontro da proteção social especial onde estavam presentes, nós temos aqui a Carlinha, também vários outros entes que são dos municípios em relação aos CREAS e aos CRAS, que eles trabalham diretamente com esse problema, para tratarmos assuntos pertinentes justamente à violação de direitos dessa criança e adolescente.

E eu vejo também que o Estado está cumprindo com o seu papel no sentido de fazer esse planejamento e fazer parte dessa Rede que falhas na Rede, houve falhas, mas, nós precisamos o quê? Unir forças, Legislativo, Executivo e Judiciário e saber justamente, dentro dessa propositura, onde estão os maiores gargalos e maiores problemas, porque, a ação está acontecendo. Nós estamos aqui, e eu espero justamente que nós, no ano que vem, tenhamos uma Audiência Pública, para eles verem os êxitos justamente desse plano estratégico que está sendo travado pelo Governo do Estado de Rondônia, juntamente com todos esses parceiros que precisamos justamente minimizar esses problemas.

Mas onde focar, onde está o maior gargalo? É justamente como ele falou dos CRAS e os CREAS, qual é o maior problema? Justamente a questão pessoal, é estrutural. Nós precisamos também mexer numa situação que é denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, que é justamente onde esbarra na questão contratação de pessoal, concursos públicos e já puxando para a área realmente do Legislativo, para gente trabalhar ou estudar Leis como melhorar essa questão.

Nós temos outro Programa chamado Criança Feliz, que é um programa maravilhoso e nós não conseguimos implantar justamente por falta de pessoal. Eu estava participando, na semana passada, lá em Brasília, de uma capacitação juntamente com a nossa Secretária Municipal de Assistência Social do município, a Ana Negreiros, ela estava lá comigo, e a gente via a angústia no coração, porque são ótimos programas, são excelentes programas, só que precisa do quê? De ter esse suporte legal justamente para contratação de pessoal, como buscar estagiários e mexer nessa legislação, para que os municípios tenham pernas para poder trabalhar, e o Estado também.

Então, fica aqui a nossa contribuição e estamos conclamando toda a população realmente para que haja essa transformação e essa mudança. E quando a gente tem um plano estratégico governamental, um plano estratégico que faça a união dessa Rede, eu tenho certeza que nós vamos conseguir bons êxitos. Muito obrigada.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Parabéns, dona Liana Silva, Secretária Adjunta. Obrigada pela sua fala.

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)** – Ouviremos agora Genival Queiroga Júnior, Diretor do Instituto Médico Legal – IML.

**O SR. GENIVAL QUEIROGA JÚNIOR** – Bom dia a todos. Muito obrigado, Deputado. Parabéns pela sua iniciativa. Eu não ia a princípio falar não, porque o IML costuma ouvir, ver e fazer a perícia. E fazer perícia é muito difícil no caso nosso, porque todos os que são periciados lá, estão vulneráveis, estão em situação de crise, situação, às vezes até de penúria sobre todos os aspectos, foi agredido, sofreu uma injúria, e não é fácil fazer perícia assim.

Eu me senti completamente contemplado, pode-se dizer assim, pela fala do Éverson e da Denise, que ao longo dos anos, coincidentemente, eu estou em Rondônia há 39 anos, faz 40 agora em dezembro, e 34 no IML, a mesma idade que a Denise tem na função dela, e eu não vi grandes mudanças.

Vi muita conversa bonita, muito papo bonito, mas ação, pouca. Vou dar um exemplo. Quando eu ingressei no IML, tinham vinte e seis com a minha turma, que foi a maior turma da Academia de Polícia, foi a minha turma e nós éramos vinte e seis legistas em Porto Velho. Na época, Porto Velho, devia ter no máximo duzentos mil habitantes, quantos tem hoje? Trezentos por cento a mais com certeza, e nós somos vinte e seis. Rondônia tinha, na época, nove municípios, salvo engano, hoje tem cinquenta e dois, só tem IML em Porto Velho, só em Porto Velho e Ariquemes. Ariquemes tem um fantástico, que foi construído agora recentemente, mas, ainda não foi entregue para a gente. A previsão era dezembro do ano passado e não foi entregue até hoje. A vaginstitucional que a gente tem para médico legista, são cento e cinquenta médicos legistas no Estado todo, nós somos cinquenta e dois, faltam quantos? Noventa e oito.

O IML, como em outra Audiência Pública eu dizia, é triste entrar no IML! É muito triste! Tem um prédio que faz dez anos que foi construído, mas, a manutenção dele agora que está se fazendo, há questão de três meses, começamos a fazer algumas revisões. O próprio Deputado Léo Moraes, hoje federal, antes estadual, conseguiu uma emenda com muito trabalho, com muito sacrifício, mas não foi efetivada essa emenda porque houve suspensão pelo Governo que foi substituído na época e é só cobrança. A Denise já esteve comigo por várias e várias vezes, me cobra o que ela tem direito de cobrar e que eu teria a obrigação de cumprir só que como, em que condições? Então, eu pedi para falar por último porque eu não queria me estender muito, mas eu acredito que podia pegar aqui o que o Éverson falou e o que a Denise falou e tentar cumprir, tirar do papel e fazer efetivar. A perícia é fazer e a gente faz. A gente faz uma média de 62 perícias por dia lá no IML e aumentaram sim as perícias em crianças, mas, graças a Deus, Denise, eu posso lhe dizer que o crime em si temse mantido. O que esta sociedade está vivendo hoje, em minha opinião – eu posso estar completamente errado, mas acredito que não -, é um denunciamento gracioso. Por qualquer coisa se denuncia. A gente vê muito frequente, pais, quando se separam, a mãe leva a criança contra o pai ou pai leva criança contra mãe. O dia de um ficar com o outro, ele filma, hoje em dia filmar é a coisa mais fácil do mundo, celular filma qualquer coisa, ele fez uma criança, aí entrega a criança para o ex-cônjuge. E quando devolve a criança filme de novo, se tiver um arranhão no joelho, a criança foi jogar futebol e quem joga futebol você corre grande risco, vamos dizer assim, de sofrer uma lesãozinha pequena, não é? E que não leva a nada, que não vale a pena nem se procurar. Mas se a criança tiver um arranhãozinho no joelho, aí é motivo de uma denúncia de maus-tratos. Então a gente precisa realmente valorizar a família. Eu não acredito em mudança nenhuma que não seja

calcada na educação, daí o papel do educador. E acredito que a educação sexual é superimportante, mas não, digamos assim, um direcionamento sexual de como estava havendo e como ainda há essa conduta até dentro das escolas. E isso, a gente tem, como pai tornar vigilante nisso. Muitas coisas aberrantes em nome da educação foram feitas.

Então eu agradeço realmente, muito importante, mas vamos sair do papel e passar para a prática. Muito obrigado.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Obrigado, Dr. Queiroga, Diretor do Instituto Médico Legal – IML.

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)** - Com a palavra, Excelentíssimo Senhor Deputado Eyder Brasil.

**O SR. EYDER BRASIL** - Bom dia a todos. Primeiramente quero agradecer a Deus pela oportunidade e parabenizar o meu nobre amigo Deputado Pastor Alex Silva, pela iniciativa e por tudo que tem feito desde quando assumiu o mandato. E assumiu a Comissão dos Direitos Humanos muito tem feito, muito sensibilizado com as políticas nesse sentido. Quero aqui cumprimentar meu amigo Deputado Léo Moraes, ao Secretário Adjunto da SESDEC, meu amigo Hélio Gomes e a Secretária Adjunta, Liana Silva. E cumprimentar a todos que os presentes tanto no nosso Plenário, na nossa Mesa de Autoridades quanto na galeria.

Dizer que para mim é uma satisfação estar fazendo parte desse processo e corroboro com as palavras do Everson, da Denise e dizer que de discursos bonitos, de leis gratiosas, linda, no papel, o nosso povo já está cansado. O que a gente precisa é de resolução do problema. Eu quero cumprimentar o Doutor Queiroga, já estive com ele aqui nesta mesma Casa de Leis, no outro plenário, tratando a respeito desse déficit de profissionais. Esta Casa recebeu algumas denúncias, algumas reclamações e convidou a Polícia Civil e o Instituto Médico Legal para tratar sobre o assunto e muito bem trouxe, com base em toda a sua gama de experiência à frente do IML, esse déficit realmente de profissionais. E aqui eu faço minhas, as palavras do Dr. Hélio Gomes: não estamos aqui para achar culpados, para transferir o problema para governos passados, mesmo que tenha se iniciado neles. Hoje, nós estamos com o Estado de Rondônia nas mãos. Então, nós estamos com o Estado de Rondônia com seus problemas, com as suas mazelas nas mãos. E aqui eu faço coro junto com o Pastor Alex Silva dentro desta Casa de Leis, no sentido de a gente se um colaborador na resolução desses problemas. Apesar de não fazer parte da Comissão Direitos Humanos, em virtude de uma audiência na Câmara Municipal dos vereadores, não sei se a Denise lembra, estive lá na Audiência Pública, falando sobre o combate à violência à criança e ao adolescente e fiz um compromisso lá de criar a Frente Parlamentar de Combate à Violência contra nossas crianças e adolescentes. E essa Frente Parlamentar foi aprovada na última Sessão, salvo engano, na semana passada. Então, hoje, nesta Casa existe mais um mecanismo, mais uma ferramenta que vai ajudar de alguma forma. De alguma forma a gente vai ajudar a fazer parte da Rede de Enfrentamento. Acredito, Dr. Queiroga, que realmente essa é nossa filosofia e o nosso entendimento. Não existe mudança se não for através da Educação. E isso, muitas pessoas, com má intenção, fizeram, buscaram minar a Educação base, buscaram minar o futuro da nossa Nação lá nas nossas crianças, fazendo esse direcionamento, essa desvirtualização da Educação. Mas hoje como parlamentar que somos, representantes do povo, estamos trabalhando nesse sentido de dar realmente uma

resolutividade nesta questão, neste problema. E aqui não faço questão nenhuma de esconder - como eu falei lá -, sou uma vítima desses problemas e quero, com a minha ferida, ser um colaborador na resolução dessa problemática referente às nossas crianças. Mais uma vez parabenizar, Deputado Alex, por essa sua iniciativa e por toda a sua dedicação e trabalho como deputado estadual que é, tem feito desde quando assumiu este mandato. Parabéns.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Parabéns, Deputado. Sei que a gente está junto e juntos nos tornamos mais fortes aí nesta luta. Esta Comissão, embora Vossa Excelência não faça parte dela, que é a Comissão de Defesa da Criança, da Mulher, do Idoso e do Adolescente, e é uma responsabilidade muito grande, mas na minha fala, eu vou poder finalizar aqui - inclusive, o Deputado Federal Léo, que vai falar agora dos direitos humanos, não é? Mas parabéns pela sua fala, querido.

**O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)** - Neste momento, para proferir sua mensagem, fará uso da palavra Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Léo Moraes, Bancada Federal de Rondônia.

**O SR. LÉO MORAES** – Bom dia a todos. É um prazer muito grande retornar a esta Casa de Leis, ainda mais na condução de uma Audiência proposta pelo Deputado Alex Silva, que eu acredito muito que preenche uma lacuna histórica de representatividade, de propugnar os interesses de crianças e adolescentes, algo que é tão latente na nossa sociedade essa necessidade, tanto é que eu acredito que os depoimentos foram nesse sentido. Mais do que autoridades que representam a sua instituição, mesmo chegando depois, eu observei que são relatos, testemunhos e depoimentos que são dotados de muito sentimento de aflições e aspirações e anseios.

Concordo, comungo com muitos colegas que já falaram de não transferência da responsabilidade, e o contraponto disto é a necessidade de se autorresponsabilizar e exigir que exista uma boa formulação da política pública para minimizar e a arrefecer esses problemas, cada qual no seu eixo, no seu segmento e no seu Poder. O Poder Executivo: como formular uma boa política pública, oportunizar um bom orçamento para que isso seja feito. O Legislativo: uma lei que esteja realmente a contento destes anseios, que possa contemplar esta necessidade.

Nós estamos num momento dramático do processo legislativo e polarizado. Se está polarizado, infelizmente, se deturpa, muitas vezes, o real interesse. A visão fica embaçada por um viés, muitas vezes, ideológico. E também reconheço que o momento hoje do processo legislativo tem instado o debate muito a respeito da matéria penal, da reformulação do Código de Processo Penal, que inclusive temos uma Comissão montada na Câmara Federal. E baseado nisto, por exemplo, tenho tido uma participação proativa nesse debate. Fui o relator agora, e conseguimos vencer uma grande obstrução na Comissão de Constituição e Justiça, mas apenas com um voto contrário nós tornamos o crime de estupro imprescritível. Conversei com muitas pessoas, que me fizeram acreditar e entender que, às vezes, aquela pessoa violentada não tem condições de retirar essas amarras, de ter o equilíbrio necessário para fazer a denúncia conforme o prazo estabelecido na lei. E agora vamos levar a plenário para que seja aprovado, assim também, como tornar o crime de pedofilia hediondo, do qual eu sou o relator, também, desse Projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Que a gente pode atender

especificamente, no meu desiderato, é a questão de leis mesmo e fiscalizar e fazer a cobrança.

E eu não tenho dificuldade nenhuma em dialogar, por exemplo, fui à Secretaria de Assistência Social para fazer a cobrança da identidade das pessoas com Autismo, das pessoas com deficiência para que a gente possa mensurar melhores resultados. E fui informado, mediante Ofício, que vai vir uma identidade nacional e que lá vai estar especificado quem tem Autismo, Transtorno do Espectro Autista e tantas outras coisas. Assim acredito, porque o dispêndio financeiro para criar uma carteira, e nós termos esse banco de dados, é muito pouco ante a consequência positiva que isso pode gerar.

Cumprimento a todos as autoridades, cumprimento a todas as mulheres em nome da Conselheira Tutelar Marina Falcão; todas as pessoas, Ezielmo, enfim, a Marina; todos os Conselheiros; as autoridades, o Doutor Everson que, infelizmente, mas eu vou requerer aqui da taquigrafia, enfim, da equipe de comunicação o seu relato. O Doutor Everson Pini é mais do que um Promotor de Justiça, que faz, tem um trabalho, a função de freio, contrapeso de atender a sociedade. Ele é um militante nesta causa. Ele sabe o que faz e ama o que faz. Eu fico honrado em tê-lo conhecido, exatamente numa trincheira, que era a discussão do Sistema Socioeducativo, do Sistema Prisional, que é outro problema que nós estamos enfrentando.

Tem a PEC 372, também sou relator, que vai torna-los partícipes do artigo 144 da Constituição Federais, Oficiais de Segurança Pública. E eu fico muito gratificado de ter o Dr. Everson Pini nesses debates.

Por isso, eu acredito muito que o Deputado Alex veio preencher uma lacuna muito importante, pela sensibilidade que ele tem, pela temperança e pelo aspecto não político, que o Deputado Alex tem. E até mesmo pela sua elevação espiritual.

Vale destacar o trabalho que, muitas vezes, a igreja faz de recuperação de pessoas. E o Deputado Alex bem conhece essa atividade.

Quería também fazer um pedido, não sei, à Secretaria Municipal de Assistência Social, que nós destinamos emenda parlamentar, como foi o caso do Dr. Queiroga do IML, de dois automóveis para os Conselhos Tutelares aqui, isso em 2017, 2016, desde 2018 o dinheiro está na conta da Prefeitura, para que entregue esses veículos para essas pessoas. Existe uma criança vulnerável no Baixo Madeira, o Conselho Tutelar não tem combustível para pegar a rabeta para ir lá atender. Essa é a nossa realidade. Existe o mundo real, um mundo legal que muitas vezes não se encontram. Existe recurso lá e mais uma vez me coloco à disposição tanto da SEAS, quanto da SEMAS para nós tentarmos arrefecer todos esses índices. Décimo primeiro porque eles são dados oficiais. É que nem crime de estupro, não é? Nós temos quantos milhares que são velados? Que eles não são externados. É o caso, do mesmo jeito, da violência. E quanto mais há fragilidade, vulnerabilidade social, de renda, maior é o índice dos casos. E aí fica aqui o pedido, sem revanchismo, mas com tranquilidade, está desde novembro de 2018, esse dinheiro lá. O que a gente ouve são conversas não republicanas, da não entrega desses veículos. Como eu não tenho como provar, eu não vou colocar aqui e tornar público. Mas a gente quer colaborar.

A colega, Dra. Denise, que comentou que eu cheguei já ao final do desestímulo, da desesperança, das dificuldades que têm no dia a dia, é um regozijo nós renovarmos essa esperança, mesmo com todas as dificuldades, por certo, certamente a senhora faria isso, porque a senhora ama e acredita que vai ajudar. A resiliência e a persistência são predicados de boas pessoas. E o que eu puder ajudar com orientação e propostas,

em que pese, porque o processo legislativo é moroso, ele é penoso, é sacrificante, ele é injusto, um projeto de lei demora anos para que ele avance, eu estou inteiramente à disposição, também com emendas, com recursos, que é uma atividade secundária, mas cada vez sou mais cobrado sobre isso, mas eu tenho que entender que está se equilibrando com a atividade a minha função que é legislar. Para que eu esteja inteiramente à disposição, para que eu possa ajudar junto com os meus amigos deputados estaduais, os vereadores, os prefeitos, o governador. Acredito muito que o Governo vai ter que começar a entregar resultados, realmente que as coisas venham acontecer porque tem a caneta na mão e é natural que seja cobrado isso, e a gente quer ser intercessor.

E fico muito lisonjeado, muito honrado e gostaria muito de parabenizar o Deputado Alex Silva, porque eu não o conhecia e só ouço falar muito bem. Então, quando a gente ouve falar bem, é porque ele tem o interesse de atender a maioria das pessoas. E o agente público é exatamente isso, é, muitas vezes, renunciar do seu lazer, do seu robe, até da sua fé, muitas vezes, para se entregar aos demais. Então, parabéns, independente de proventos e tudo o mais. Parabéns, Deputado Alex Silva. Conte comigo. Estou inteiramente à disposição e faço parte da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher.

São dois homens dentro da Câmara Federal, eu e um Senador, e lá eu externei todas essas nuances. Então, eu gostaria muito de ter a Ata oficial desta Audiência para também entregar à Senadora Zenaide, Presidente desta Comissão. Muito obrigado. Ótimo final de semana e vamos todos à luta. Afinal, todo mundo tem que ir junto. Obrigado.

**O SR. ALEX SILVA (Presidente)** – Obrigado, Deputado. Vossa Excelência, com certeza, o senhor será um grande reforço para nos ajudar nessa Comissão.

Pessoal, nós chegamos aqui ao fim desta Audiência Pública. É a segunda Audiência Pública que eu realizo como Deputado, que estou no primeiro mandato. Ali, durante a entrevista que me fizeram uma pergunta de "por que realizar esta Audiência com este tema", acima de tudo eu sou um pai, tenho filhos, e a gente se imagina diante das notícias que a gente vê, dessas ocorrências, o que se passa ou o que acontece em uma casa, onde se tem uma criança vítima de violência. Eu fico feliz porque, prestando atenção aqui no relato de cada um dos senhores, a gente pôde ver que não foi uma coisa mecânica. Foi uma coisa realmente do coração, uma coisa que realmente cada um ama em fazer.

E, antes de deputado, eu também sou pastor e eu prezo muito pela família. Eu acredito que a família é a base para tudo. Deus, claro que primeiramente, mas, depois a nossa família. E, assim, os valores da família, os preceitos que regem o mundo inteiro. Então eu parabeno os senhores, obrigado pela presença de todos. Eu vou até fazer questão de ler desde a Mesa aqui, do meu companheiro aqui de luta diária, Deputado Eyder Brasil; Deputado Léio Moraes; a Liana também representando o Governo do Estado; o Dr. Hélio que fez parte junto conosco também. Deixa eu ver aqui agora, a Denise que contribuiu muito aqui para esse debate. Assim, aprendi muito, esta audiência foi justamente para isso, a Comissão que nós presidimos, que é a Comissão de Defesa da Criança, da Mulher, do Idoso e do Adolescente, é uma Comissão de muita responsabilidade, não desmerecendo as demais que têm na Casa, mas, diretamente, a gente entra no lar das pessoas, porque são temas sensíveis e que, infelizmente, depois que o Doutor falou aqui, no início, os dados absurdos aqui da capital a gente fica mais preocupado ainda. Então, senhora Denise,

muito obrigado pela sua presença, pela sua fala; a Dra. Maríllya também contribuiu muito, muito obrigado. O Gyovani que iniciou aqui a sua fala na audiência com esses dados aí que são preocupantes, infelizmente. A senhora Marina Falcão, que é a Conselheira que falou em nome do Conselho Tutelar aqui de Porto Velho, são cinco, contando com o de Jaci, obrigado pela sua fala. A senhora Laís Reis, muito obrigado pela sua presença e também pela sua fala. Dr. Éverson falou aquilo que a gente realmente precisava ouvir e precisa ouvir, porque tudo que tem acontecido é uma responsabilidade toda nossa e eu vejo o seguinte: eu me preocupo muito e falo com os que me ajudam no gabinete, que a gente jamais venha promover uma Audiência que não venha surtir efeito. Analisando o pouco tempo que eu tenho aqui nesta Casa, a gente vê que existem muitas leis, até boas, até boas, mas, que muitas das vezes não são executadas.

Então, nós temos uma lei que era para proteger, mas que não protege. Então é uma deficiência muito grande e a gente espera, Dr. Éverson, realmente corrigir. E, de antemão, nessa Comissão, eu conto com ajuda de vocês. Eu estou à disposição independente de qualquer coisa. A Ana Cássia que me conhece há muitos anos pelo trabalho que a gente exerce, antes mesmo de eu ser parlamentar, e a gente está aqui para somar. A gente está aqui para aprender principalmente, que é meu primeiro mandato, Deputado Léo. Vossa Excelência já vem caminhando, já sabe a realidade como que é, a luta que é. O Deputado Eyder também é o primeiro mandato. Então, a gente está aqui para somar e fazer o possível para defender as nossas crianças e a nossa família do modo geral. Dr. Genival, que a princípio não ia falar, mas falou e falou muito bem, obrigado pela sua presença e também os demais presentes que eu vou ler aqui também que é a Cleyanne Alves, Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança, eu faço questão de ressaltar a presença de todos; o Dr. Cássio Vidal, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, representando a OAB, muito obrigado pela sua presença. Dr. Eduardo Guimarães Borges, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, muito obrigado pela sua presença. Senhor Antônio Francisco Silva Presidente da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo. Ana Carla de Souza, Coordenadora de Saúde Adolescente, da SESAU. Obrigado pela sua presença, querida.

Lenilda Gomes de Sá, Coordenadora do Programa Criança Protegida, também na SESAU, obrigado pela sua presença. Ana Cristina Leandro, Coordenadora do Núcleo Socioeducativo, da SEDUC, obrigado pela sua presença. Fátima Aparecida, Assistente Social da Vara de Ato Infracional de Execução Medida Socioeducativa. Ana Maria Cristina, Coordenadora do Núcleo Socioeducativo também. Ana Cássia Cruz, Ana Cássia é de casa. Ezielmo está aqui conosco também, é do terceiro Conselho. A Marizânia Ferreira Pinheiro, que é do Conselho Tutelar também, obrigado pela sua presença, é do quarto Conselho. Ana Maria Negreiros, também obrigado pela sua presença. A Dra. Thaís, Coordenadora do Fórum Estadual, obrigado, querida, pela sua presença, precisamos continuar aquela conversa, naquele dia eu passei meio ruim.

A Ana Carla da Silva, Vice-Presidente do Conselho Municipal, obrigado pela sua presença. Andréia Cristina Lobato, Assistente Social do 1º juizado. Vera Cortez, Técnica Educacional, representando a Secretaria de Estado, obrigado pela sua presença. Érica Ferrão, Chefe de Gabinete, representando a assessoria do gabinete da Deputada Federal Jaqueline Cassol, obrigado pela sua presença. Rodilson Reis, Coordenador Auxiliar da Polícia Comunitária, muito obrigado.

Se eu me esqueci de alguém, por favor, me perdoem.

Nós fizemos aqui algumas notações que a Comissão irá acompanhar, lembrando que essa Comissão é composta, eu como Presidente, tem o Deputado Anderson, a Deputada Cassia Muleta, Deputado Edson Martins, Deputado Cirone, Deputado Alex Redano, ambos estarão, nos comprometemos de acompanhar onde os recursos estão sendo aplicados, que foram temas que foram falados aqui hoje e nos comprometer sobre fiscalizar a legislação para que seja cumprida; buscar mais informações sobre o Fundo Estadual, por que ele está paralisado e apresentar em parceria com os órgãos presentes, um modelo político público estadual através da Comissão de Defesa de Direito da Criança.

Então gente, peço perdão pelo tempo que cada um falou. Realmente, pelo tema, foi pouco, mas eu pretendo visitá-los em particular para a gente poder conversar e através dessa conversa a gente poder surtir algum efeito, de fato, para que funcione, de fato, essa Rede de Enfrentamento por parte de todos os órgãos que fazem parte da mesma.

Muito obrigado pela presença de todos. Agradecer ao Cerimonial, ao pessoal do DECOM, a todos que nos ajudaram, as meninas. Sendo assim, invocando a proteção a Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejamos um ótimo final de semana.

Obrigado a todos. Vão com Deus. Deus abençoe o nosso Estado.

**(Encerra-se esta Audiência às 11 horas e 32 minutos)**

**ATA DA 25ª AUDIÊNCIA PÚBLICA  
PARA DISCUTIR SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO  
AGENTE DE SEGURANÇA VIÁRIA E INCLUSÃO  
NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
(Em 07 de outubro de 2019)

**Presidência do Sr.**

Anderson Pereira - Deputado

(Às 15 horas e dezenove minutos é aberta a sessão)

**O SR. RONI FREITAS DAS SILVA (Mestre de Cerimônias)**  
– Senhoras e senhores, muito boa-tarde a todos. Aos nossos servidores do Detran de Rondônia, aos representantes dos Ciretrans que estão aqui conosco, nós queremos dizer muito obrigado.

Nós iremos iniciar a solenidade desta Audiência Pública, cumprimentando os funcionários desta Casa, a você que nos acompanha agora através do YouTube, na página da Assembleia Legislativa, do Facebook, os nossos cumprimentos a todos.

Iniciando esta solenidade desta Audiência Pública, nós convidamos para compor a Mesa de Honra, Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson Pereira, proponente desta Audiência Pública. Coronel José Hélio Pachá, Secretário de Estado da Segurança Pública, Defesa e Cidadania – SESDEC; Senhor Neil Aldrin Faria Gonzaga, Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito, está representado pela senhora Cleuza, Diretora Técnica de Educação de Trânsito. Senhor Sáimon Rio, Diretor Técnico Interino de Fiscalização e Ações de Trânsito do Detran, também é nosso convidado. Senhor Nilton Gonçalves Kisner, Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte de Porto Velho; Senhor Adonias Rodrigues de Deus, Presidente do Sindicato dos Servidores do Detran.

Senhor proponente desta Audiência Pública, com a palavra, para darmos início aos trabalhos.

**O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente)** – Boa tarde a todos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir sobre a regulamentação do Agente de Segurança Viária e inclusão na Constituição do Estado de Rondônia.

**O SR. RONI FREITAS DAS SILVA (Mestre de Cerimônias)** – Nós pedimos, por gentileza, àqueles que puderem, para que neste momento se coloquem de pé. Juntos cantaremos o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Mello e Silva).

**(Execução do Hino Céus de Rondônia)**

Estejam todos à vontade. Neste momento, com a palavra, o Deputado Anderson Pereira, para que ele possa dar seguimento regimental a esta Audiência Pública.

**O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente)** – Eu convido o Presidente do Batalhão de Trânsito para compor a Mesa com a gente aqui.

O objetivo principal desta Audiência Pública, como a maioria dos Projetos de Lei que eu apresento nesta Casa, é, antes de colocar em pauta, tramitar nas Comissões pertinentes desta Casa, é discutir. Então, desde o início do ano recebi essa demanda por parte do Sindicato, do Sindetran, e a diretoria, inclusive, já vinha até me cobrando, a apresentação desse projeto, que seria uma Emenda Constitucional, colocando no rol da segurança pública, a segurança viária do nosso Estado.

Já aconteceu isso em nível federal. A Constituição Federal já recepcionou no Art. 144, a segurança viária e, dos 27 Estados e Distrito Federal, somente o Pará e Distrito Federal fizeram essa regulamentação.

Então, com muita cobrança aí, do Obede, do Adonias, eu falei para eles: tem de discutir melhor o assunto e chamar quem é responsável pela pasta para que a gente possa amadurecer também essa ideia, o que já aconteceu em outros Estados e, principalmente na nossa Constituição Federal. E assim a gente está fazendo hoje. Esse projeto não foi apresentado ainda, está pronto para ser apresentado, mas antes de apresentar eu achei por bem a gente discutir.

Nós sabemos que nós temos um trânsito violento. É um dos trânsitos mais violentos do Brasil. Nós temos motoristas que, vamos dizer, mal-educados e, na maioria das vezes, apressados ou até mal-formados, que violam o trânsito e não respeitam a pouca sinalização que a gente tem, falando da Capital - não é? -, que é uma capital mal sinalizada, assim como algumas cidades do interior, e isso acaba que, agravando o quê? Acidentes com vítimas. As vezes, vítimas fatais ou, às vezes, vítimas que ficam mutiladas pelo resto da vida. E nisso, acaba que, além de a gente perder um ente ou deixar uma pessoa mutilada, a gente acaba, também, tendo um prejuízo social e econômico muito grande.

Então, hoje vai ser colocado e mostrado para vocês, quais são esses prejuízos econômicos, sociais e de famílias que perdem seus entes devido à gente ter esse trânsito.

Não que essa Emenda constitucional, respeitando a Emenda Federal, vá resolver todos os problemas. A gente sabe que não vai resolver todos, mas vai agregar. Vai somar. Se não tiver uma contrapartida do município, que cada município, os Prefeitos junto com o Estado, junto com o Detran, junto com Polícia Militar, a coisa também não vai funcionar as mil maravilhas. Então, nós temos que trabalhar educação, nós temos que trabalhar a repressão, nós temos trabalhar em várias frentes para a gente ter um trânsito seguro e com uma

mobilidade urbana acessível às pessoas. Nós sofremos muito na capital por conta de mobilidade urbana. Hoje a gente vê que o nosso trânsito não é o mesmo trânsito de dez anos, o que mudou no nosso trânsito, e está um trânsito perigoso e nós precisamos inovar. Uma coisa eu sei e é fato, o modelo que está é ultrapassado.

Eu tive a oportunidade também de participar de um debate, lá em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sobre a mesma questão e foi justamente o que nós colocamos lá e o que a gente pôde perceber no debate: o modelo que está não funciona e que precisa ter mudanças, e as mudanças estão aí para a gente ver. Basta nós aceitarmos essas mudanças e colocá-las em práticas e os resultados virão.

Então, com essas breves palavras, eu agradeço a presença de todos, tem Ciretran aqui de Guajará-Mirim, cadê o pessoal das Ciretrans? Machadinho, Ariquemes, Ji-Paraná, Colorado do Oeste, Campo Novo, Seringueiras, Rolim de Moura, Jaru, Santa Luzia, Espigão d'Oeste. O pessoal veio em peso.

Faltou eu falar alguma? Governador Jorge Teixeira, Teixeirópolis, Porto Velho e Buritis. Agradeço a presença de todos vocês, e as autoridades que compõem essa temática que nós vamos debater hoje aqui, que são os especialistas na área, e nada melhor do que a gente ouvir. Eu acho que o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais, antes de criar uma Lei tem que discutir com quem de fato vai praticar a Lei, para que essa Lei tenha efeito. No Brasil tem tantas Leis, Leis boas que na maioria das vezes ou não são cumpridas ou não traz o efeito que tem que trazer. E eu tenho essa preocupação como legislador, de aprovar Leis e trazer Leis para dentro do nosso Estado que venham trazer efeito para a população. E a forma de trazer os efeitos é assim: debatendo, é discutindo, é adequando, é ajustando. Foi o que eu justifiquei para o Sindicato na época, para o próprio Adonias; "Adonias, vamos discutir, vamos amadurecer, vamos melhorar o projeto, que a nossa realidade aqui é diferente de Brasília, é diferente de outros Estados, a nossa realidade é uma, então, vamos discutir melhor isso e aí a gente parte para a discussão principal que é a apresentação do projeto, discute no âmbito das Comissões juntamente com os demais deputados".

**O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias)** –

Nós queremos aproveitar a oportunidade para agradecer a Senhora Cleuza Avello Correia, Diretora Técnica de Educação de Trânsito, a única mulher na Mesa, era para ser assim; o Senhor Neil, Diretor-Geral de Departamento de Trânsito, não pôde estar presente. E nós queremos, em nome da Cleuza, cumprimentar todas as mulheres valorosas e preciosas das Ciretrans deste Estado, os senhores que se organizaram e vieram. Nós queremos uma calosa salva de palmas a esses servidores guerreiros que vieram aqui esta tarde, participar desta Audiência Pública.

O Senhor Neil Aldrin Faria Gonzaga já está presente conosco, está aqui. Seja muito bem-vindo, Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito. No início da solenidade não estava, mas, nos honra com a presença agora.

Nós queremos cumprimentar o Dr. Eliel Soeiro Soares, Advogado do Sindicato dos Servidores do SINDETRAN, a nossa reverência, muito obrigado pela presença. Agradecer ao Tenente-Coronel Padilha, Diretor Financeiro do Departamento Estadual de Trânsito, muito obrigado pela presença.

Cumprimentar os senhores Agentes de Trânsito de Porto Velho, que aqui nos honra com a presença. Muito obrigado por estarem conosco.

Senhoras e senhores, a partir deste momento ao nosso proponente desta Audiência Pública, Deputado Estadual Anderson Pereira, fará a condução da palavra e a mediação através desta Audiência Pública.

Senhor Deputado com a palavra.

**O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente)** – Então, para a gente iniciar os debates, eu quero convidar o Adonias de Deus, que é Presidente do Sindicato do Detran, Sindetran. Ele vai fazer uma apresentação. Pode ficar à vontade para usar a tribuna ou a Mesa se achar melhor.

Algum questionamento, alguma pergunta, pode ser encaminhado à Mesa aqui, para quem vocês quiserem fazer a pergunta. Depois dele, nós vamos dar encaminhamento nas outras falas a respeito da temática.

**O SR. ADONIAS RODRIGUES DE DEUS** – Muito boa tarde a toso. Adonias de Deus, Presidente do Sindetran/RO. Eu quero primeiramente agradecer a Deus, a oportunidade de estarmos aqui hoje debatendo. Eu quero agradecer a presença de todos e, de igual forma, agradeço a presença de todas as autoridades aqui presentes que se dispuseram do seu tempo para estar aqui conosco. Meus cumprimentos aos senhores e senhoras presentes, a todos os companheiros do Detran, que vieram de longe muitos aí, honrando esse Sindicato que está propondo aqui uma mudança de paradigma, uma mudança na forma com que tratamos o trânsito. O projeto que regulamenta o Agente de Segurança Viária é antigo no Brasil e, em Rondônia, estamos lutando com ele há três anos. Em 2017, fizemos uma primeira Audiência Pública na Assembleia Legislativa também.

Acredito que aqui todos têm o interesse em saber do que realmente se trata e eu vou explicar aqui de forma breve e qualquer dúvida vocês podem dirigir para cá e a gente vai tentar esclarecer.

A Regulamentação do Agente de Segurança Viária se realizará inicialmente por meio de atualização do art. 143 da Constituição Estadual de Rondônia, para tratar com maior relevância a Segurança Viária, bem como para trazer a sua definição. Enumera o que ela compreende e a quem compete em sintonia com a Constituição Federal, especialmente, em seu art. 144, § 10, com uma Emenda criada em 2014 e somente agora estamos discutindo a fundo aqui em Rondônia essa Emenda.

Somamos isso à estruturação de alguns cargos dos servidores do Detran, um projeto que entregamos ao Detran, em 2017, nos quais teremos uma grande mudança no quadro funcional do órgão. A título de exemplo, Cacoal é um município onde existem 2 Agentes de Trânsito e com essa pequena mudança no quadro funcional, passaria a ter 26 Agentes de Trânsito no Município de Cacoal, sem que o Estado tenha qualquer tipo de gasto, sem que o Detran tenha qualquer tipo de gasto, só recuperando alguns cargos que estavam em extinção na nossa autarquia. Isso sem qualquer custo e pelo contrário, traria enorme economia aos cofres públicos uma vez que equipes de fiscalização não necessitariam mais se deslocar de um município para o outro. Isso foi tema de muito debate, muito embate aqui mesmo nesta Assembleia. Se falou muito sobre farras de diárias no Detran e esse trabalho tão importante, feito pela fiscalização, necessita de deslocamento por conta das atribuições dos nossos cargos.

A Regulamentação consiste ainda em trazer segurança jurídica aos servidores e uma melhor organização no âmbito profissional, material e técnico, uma vez que a política de trânsito deixaria de ser de Governo e passaria a ser de Estado.

Ou seja, a população de Rondônia deixaria de depender da vontade administrativa do governante a respeito das ações para o trânsito e política administrativa de Detran, tornando, cada vez mais, a autarquia um órgão técnico no âmbito da segurança do trânsito.

O DETRAN/RO não pode elevar os seus gastos hoje, isso é um fato. Qualquer elevação de gasto trará a necessidade de aumento de impostos e isso nós não queremos, assim como o Governo de Rondônia, dado à necessidade do equilíbrio fiscal e saúde das contas públicas. Por esse motivo o Sindetran apresentou esse projeto ao Detran, que não traz qualquer tipo de aumento de despesa com pessoal, pelo contrário, visa otimizar a utilização do efetivo já existente no quadro permanente do Detran, e uma melhor organização da categoria com a nova ordem constitucional vigente, o que iria viabilizar o contingente em todos os municípios de Rondônia para uma execução das atividades de educação, engenharia e fiscalização de trânsito.

Como resultado, veremos melhora na segurança e na fluidez do trânsito nas vias urbanas, de forma a gerar benefícios na mobilidade urbana, segurança pública e gastos gerais com a saúde pública, notadamente porque o orçamento da Saúde é substancial. Nós sabemos das dificuldades que o Governo do Estado tem para manter a saúde em dia, para manter os hospitais funcionando, infelizmente tem sido uma guerra. Estive há pouco tempo no João Paulo para conversar com o diretor, para a gente se familiarizar e realmente é triste, é caótico ver a forma com que a população é atendida ali, a forma com que os profissionais trabalham ali. Infelizmente, isso ocorre porque o nosso trânsito ainda é muito violento e a gente precisa fazer alguma coisa a respeito.

Além disso, tais políticas elevarão a arrecadação com fiscalização e trarão consciência aos condutores com educação, e reduzirá custos e principalmente salvará vidas no trânsito.

Esse projeto foi tratado junto ao Detran, mais uma vez, em 2017, mas naquela época, infelizmente, o Detran era apenas um formigueiro. Naquela época, o Detran era um formigueiro porque ali aportavam as formiguinhas das campanhas eleitorais.

O Detran é um órgão técnico por natureza e nós precisamos tratar ele dessa forma, porque a Segurança Viária é um assunto muito sério, que mexe com as famílias, que mexe com a estrutura financeira dos Estados e, inclusive, com a Previdência Social, tema tão debatido hoje no Brasil inteiro.

Temos que ter consciência de que o Detran é um órgão de natureza técnica e necessita de mão de obra qualificada para executar os trabalhos que lhe compete, encontrando hoje, nesta atual diretoria, todo o apoio que os servidores precisavam.

Eu quero, de antemão, agradecer aqui o Cel. Neil Gonzaga por estar sempre aberto ao diálogo, por sempre colaborar com os servidores, por estar sempre conversando e ouvindo as nossas indicações, os nossos problemas e tentando resolver. Este é um problema não do servidor do Detran, mas é um problema do Estado de Rondônia, é um problema público e que o Sindicato humildemente vem tentando contribuir.

O primeiro Estado da região norte a efetuar a atualização da Constituição Estadual foi o Pará. Lá, o avanço na redução dos acidentes de trânsito já é contabilizado, o Coronel Kisner, agora a pouco também nos deu uma orientação como aconteceu e eu acredito que ele vai abrilhantar ainda mais esta Audiência Pública com isso. Ele vai esclarecer um pouquinho como funcionou lá e como está funcionando.

O Distrito Federal fez essa atualização em 2013 e passem vocês, de 2013 para cá eles conseguiram reduzir em

50% o índice de acidentes naquele Distrito e hoje é o ente federativo modelo no trânsito do Brasil. Outros Estados já estão se mobilizando da mesma forma que Rondônia para efetuar essa regularização estadual. São eles: Mato Grosso do Sul, no qual o Deputado Anderson teve o privilégio e a oportunidade de participar de Audiência Pública lá; Mato Grosso; Rio de Janeiro; Goiás; Paraná; Sergipe; Alagoas e outros. É necessário esclarecer que o foco principal de tal regularização, é o salvamento de vidas no trânsito, com redução significativa de acidentes e acidentados.

Em Rondônia, o número de acidentes e mortes ainda é significativo, mesmo com o brilhante trabalho desenvolvido pelo Detran e pelos Batalhões de Trânsito que lutam muito mesmo para atentar auxiliar no trânsito aí, para tentar manter a segurança. Neste ponto, convêm um parêntese para esclarecermos que nós não visamos em nenhum momento usurpar nenhuma atribuição da Polícia, apenas exercer as competências que são atribuídas aos órgãos executivos de trânsito dos Estados, versados pelo CTB e demais normas que dizem respeito ao trânsito.

Ademais disso, a Constituição Federal passou a incluir as Leis de Trânsito como parte integrante da Segurança Pública, sendo responsáveis eles por salvaguardar vidas no trânsito. É assim que buscamos apenas somar a força que temos com as já existentes dentro das devidas competências, as atividades necessárias para melhor segurança viária. Sempre buscamos como produto final, a preservação da vida e a melhoria da população de Rondônia.

Senhores Deputados, autoridades presentes, a redução das mortes e acidentes no trânsito traz uma economia para o Estado em todos os sentidos, desde os gastos com saúde e gasto com a previdência social. Cria também uma economia forte, uma vez que a maioria dos acidentados está em idade produtiva. Acredito, aqui, que o caminho para um futuro melhor passa pela educação de trânsito, com uma pedagogia forte e, quem sabe, num futuro muito próximo, a educação para o trânsito como disciplina obrigatória nas escolas de ensino fundamental e médio do nosso Estado, para que tenhamos motoristas conscientes, pois hoje temos motoristas que até conhecem a Legislação de Trânsito, mas não têm consciência e nem medem as consequências dos seus atos e parte desse comportamento deve-se a ausência, realmente, do Estado nas ruas.

O Governo de Rondônia, em seu site, divulga horários onde mais ocorrem acidentes de trânsito. São eles: 08:00 da manhã, 14:00 da tarde e 19:00 da noite. O nosso efetivo hoje é muito pequeno, é muito reduzido para que nós possamos, somados à Prefeitura de Porto Velho, aqui cito especificamente Porto Velho, somados aos Batalhões de Trânsito, a força que o Detran traria para essa fiscalização, para essa participação nas ruas aí, ordenando e orientando o trânsito, seria de suma importância para que nós pudéssemos salvar muitas vidas.

Eu vou mostrar aqui para vocês os slides e é bem rápido, para finalizar aqui a minha fala. Isso aqui é o instagram do Governo de Rondônia, e ele é bem atual. Ali ele diz que 80% dos pacientes que dão entrada no João Paulo II são provenientes de acidentes com motocicletas. De 2.967 acidentes, 2.375 são acidentes de moto e na descrição fala que a maioria dos acidentes - e quem trabalha com trânsito conhece isso -, é por irresponsabilidade, é por pressa e infelizmente isso acontece muito.

Aqui, o Governo de Rondônia fala ainda no instagram, que os acidentes de trânsito matam mais que os crimes violentos em Rondônia. São 488 mortes de crimes violentos e 505 mortes

no trânsito. Isso é um nível muito alto para o quantitativo de frota do Estado, infelizmente. Aqui, é uma tabela onde nós fomos buscar informações junto ao João Paulo II, a diretoria lá, como eu falei para vocês, visitamos o João Paulo II e temos ali a movimentação de atendimento de vítimas de acidentes de trânsito de 2014, 2015, 2016. Em 2014, 5.925 foram atendidos no João Paulo II; 5.642, em 2015; 5.197, em 2016.

Aqui, 2018 já, em 2018 foram 5.367. Vocês podem perceber aí que existe apenas uma variável, mas a gente ainda não reduziu de cinco mil atendimentos. Isso apenas no Pronto Socorro João Paulo II, gente. Em 2017, eles não têm; eu mostrei 2018. Em 2019, agora para vocês, nós já estamos até o mês de agosto 3.404 acidentados provenientes do trânsito no João Paulo II. Isso, infelizmente é muito corriqueiro. Nós sabemos quais são os problemas, nós sabemos onde estão ocorrendo os problemas e nós sabemos o que fazer. Mas nós precisamos de mão de obra para isso, o Governo do Estado precisa de mão de obra, sem gastar ou sem aumentar os gastos para que não gere impactos, para que não seja necessário aumento de impostos ou de taxas.

O Governo divulgou aqui, Deputado Anderson, que pacientes podem custar até R\$ 1 milhão, se o acidente ocorrer e ele quebrar qualquer tipo de osso do corpo, custa mais de um milhão de reais para o Estado. Infelizmente é muito dinheiro.

Para você manter isso, você precisa parar de atacar o resultado, você precisa começar atacar a fonte, evitar que o acidente ocorra para que esse tipo de gasto aí seja utilizado de outra forma.

Esse aqui é o mapa divulgado pelo site do Governo do Estado, onde mostra aqui em Porto Velho os pontos onde mais ocorrem acidentes de trânsito. E, depois disso, o Governo cita que esses pontos onde mais ocorrem acidentes de trânsito são durante o dia. Então, mantemos a fiscalização noturna e precisamos atacar piamente, com todas as forças, com toda certeza do mundo, os horários de pico, especialmente na capital e acredito também que ocorra da mesma forma no interior do Estado.

Aqui é onde o Governo do Estado cita que os horários de pico são os horários que mais ocorrem acidentes de trânsito e é isso, Deputado. Eu fico à disposição para sanar qualquer tipo de esclarecimento, qualquer tipo de dúvida, perdão. E muito obrigado a todos aí pela presença, obrigado pelo momento.

**O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente)** – Eu quero registrar a presença do Deputado Léo Moraes, que se encontra aqui, para compor a Mesa aqui com a gente. Agradecer a presença. Deputado que veio também da legislatura passada, militou junto com a gente aqui. Hoje está lá no Congresso Nacional fazendo um brilhante trabalho.

Então, nós podemos perceber nessa apresentação que de fato são preocupantes esses dados. A gente vê, além de vidas que se foram por conta desses acidentes, as pessoas que ficaram mutiladas, o que o Estado gastou com isso, que poderia investir esse recurso em outras áreas. Eu lembro que na legislatura passada foi retirado recurso do Detran para mandar para Saúde e hoje até dá para entender os motivos.

Então, o que eu percebo que a categoria quer? Ela quer assumir uma responsabilidade que, hoje, parte dela pesa para a Polícia Militar, junto com as prefeituras, a exemplo, de Porto Velho tem a SEMTRAN, tem seus agentes SEMTRAN que assumem esse papel também de fiscalização e a gente sabe que ninguém está conseguindo, esse efetivo não é suficiente.

A Polícia Militar tem mais atribuições para assumir, já tem um efetivo bastante reduzido e o que a categoria quer?

Ela quer assumir essa responsabilidade, até porque hoje, pela Constituição Federal, é quem de fato tem que está nas ruas educando, fiscalizando, reprimindo, multando e tentando controlar esse nosso trânsito nas nossas vias. Porto Velho não foi uma cidade planejada, a exemplo de Brasília, ela cresceu desordenadamente e isso possibilitou a gente ter um trânsito ruim. E aí vem a questão de sinalização, que já é precária e acaba piorando um pouco mais.

O Deputado Léo Moraes se quiser fazer a fala, se tiver alguma agenda, estiver corrido. Então, vamos dar continuidade aqui. Vamos ouvir o Major da PM Luiz Carlos, Comandante do Batalhão de Policiamento de Trânsito. Como bem disse o Adonias, o Detran não quer assumir ou tirar atribuições da Polícia. A Polícia tem um papel fundamental nesta questão.

Mas, se a gente tiver, a exemplo dos Estados que regulamentaram agentes de trânsito assumindo essa responsabilidade viária, sempre com o apoio da Polícia Militar, que está ali na questão da segurança pública, seria uma força a mais para agregar nesse modelo que a gente tem de trânsito.

E com a palavra, fique a vontade de usar a tribuna ou na mesa mesmo.

**O SR. LUIZ CARLOS GARIBALDI** – Senhoras e senhores, boa tarde. Cumprimentar à Mesa na figura do proponente, Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson Pereira, ao qual eu agradeço o convite. Saúdo as demais autoridades, senhores Coronéis aqui presentes hoje, dos quais inclusive herdei o Comando do Batalhão de Trânsito, o Coronel Kisner, que passou por lá; o Coronel Gonzaga também; o senhor Secretário, demais autoridades presentes; Deputado Federal, o meu muito obrigado pelo convite. E especificamente falando agora, colegas de trabalho, senhores agentes de trânsito, pessoas das quais eu trabalho já algum tempo, desde 2012, pelo menos com o início da Lei Seca, ombreando de fato, executando o policiamento e a fiscalização de trânsito aqui em Porto Velho e em alguns outros municípios do Estado, quando lá servi, por exemplo, em Pimenta Bueno.

Da fala do ilustre Adonias, ele é do Sindicato, não é isso? Eu queria só pegar um gancho daquilo que ele falou, que é muito pertinente, mas que é, por vezes, teórico. A gente acaba não observando porque motivo um projeto ousado do Detran, em resgatar um quadro em extinção, uma função em extinção para..., tendo como justificativa, indicando que isso tem por fim diminuir de alguma forma o impacto no trânsito no Estado de Rondônia.

Pois bem, de forma teórica, isso pode ou não acontecer porque a diminuição vai depender muito mais do condutor do que das nossas atitudes. A gente observa, ao longo dos anos, que o esforço é maciço, não só na Segurança Pública como um todo, não só na área de trânsito. Mas a gente vê que do início daquilo que se chamou de "polícia" e com todas as suas fases e todas as suas vertentes, não só a Polícia em si, mas o ato de policiar alguém (o administrado), do início até hoje, em muito o sistema se consolidou, melhorou. E, de uma forma geral, nós chegamos a esse patamar de tecnologia, de inovação do direito e tudo mais, mas a criminalidade, a morte, a violência, só aumentou. Porque isso depende muito mais do administrado do que do administrador. Nós fazemos a nossa parte. Dia após dia, a gente sai de casa com o maior esforço possível e nos dedicamos a fazer aquilo que somos contratados para fazer. E nem sempre o resultado vem. De 2012 para cá, nós observamos que a quantidade de acidentes de trânsito é decrescente. Houve um pequeno aumento agora em 2018. Não se sabe ao certo por que, se foi a forma de coleta desse dado ou se efetivamente aumentou um pouco.

Mas é fato que só decresce a quantidade de acidente de trânsito. Mas a sensação que a gente tem é que está o caos instaurado, quando não é bem isso. E isso, digamos assim, não vai ser atacado por um projeto, mas sim pelas nossas atividades e principalmente pelo condutor. Mas, de forma prática, como eu falei, desde 2012, uma pessoa que está aí junto com os senhores fazendo auto de infração, abordando, colocando o condutor na baia, perdendo noite - 12, 9, 10 horas de Lei Seca, que nunca se cumpre apenas aquelas 6 horas -, a gente pode observar que, de maneira prática, eu vou conseguir dar uma maior capacidade operacional para o agente de trânsito e, conseqüentemente, para a fiscalização, para o policiamento.

Por exemplo, foi citado aqui que, em Cacoal, há dois agentes de trânsito. Eu trabalhei em Pimenta, onde havia mais do que isso: eram 4 agentes de trânsito - ou era 1 agente de trânsito em Pimenta? Alguém aí é de Pimenta? Não? Mas são poucos. E no momento de aplicar isso em uma fiscalização, fica um pouco mais deficitário, porque havia então a figura do agente, ou melhor, do auxiliar de trânsito, não é isso? Auxiliar de trânsito. Para mim, leigo, que sou de fora, era a mesma coisa. Aí depois de algum tempo que eu percebi, ouvi falar, que o auxiliar seria, na prática, a figura daquela pessoa que faz a formatação de um auto de infração, por exemplo, e o agente de trânsito, quem assinaria. Então, a assinatura é que dá a legitimidade, é que faz efetivamente um documento público surgir no mundo jurídico, certo? Então resumindo: o auxiliar do agente de trânsito - é uma opinião minha - acaba tendo pouca aplicabilidade, já que vários vão fazer, digamos assim, um auto de infração, e o agente de trânsito vai só assinar.

Quando uma figura, uma mesma pessoa, até porque o CTB assim estabelece, aquela pessoa em regra, que visualiza, que presencia (ou que, como diz o Manual Brasileiro: constata uma infração) é quem deve assinalar, é quem deve fazer o auto. Então, dessa maneira, extinguir, digamos assim, como já está, mas "transformar", trazer o auxiliar para a mesma condição jurídica do autuador para fazer às vezes de agente de trânsito eu entendo como perfeitamente aplicável, como perfeitamente viável, como operacionalmente viável também.

Isso é o que se manifesta a Polícia Militar, o seu Comandante-Geral me mandou representá-lo, e fez esta pergunta: "tá, mas o que o agente viário (como é o nome? Segurança Viária, não é isso?) o agente de segurança viária, que tipo de atribuição ele terá dentro daquilo que a gente chama de 'poder de polícia'?"

Porque uma coisa é fato: a questão de utilização de força de uma maneira em geral, todos nós aqui temos poder de polícia, absolutamente todos, mas o poder de polícia compartimentado.

E, observando o projeto, a gente vê que isso não vai mudar. Não se propõe a criação de uma polícia de trânsito ou coisa do tipo, não é essa a vertente. Então nós apoiamos, até porque isso já entra aí num viés constitucional mesmo - Constituição Federal e tudo mais. Há o apoio da Polícia Militar.

Entendemos que é viável, que é aplicável e, sinceramente, agradecemos muito a oportunidade de fazer parte do processo de tomada de decisão.

**O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente)** – Obrigado, Comandante. Também com a palavra, o senhor Nilton Gonçalves Kisner, Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte de Porto Velho – SEMTRAN. Eu ainda observo Porto Velho com uma necessidade muito grande de sinalização. Eu acho que só no meu gabinete há alguns pedidos. Já estive com o Secretário algumas vezes. A sinalização, faixa de pedestre, eu vejo que

ainda tem que acertar bastante para que a gente possa também ajudar nessa redução. É como o Comandante da PM, o Comandante do Trânsito disse: é um conjunto de ações. Só colocar o Detran na rua não vai resolver. Então, é um conjunto.

É o município junto com o Estado, e todo mundo trabalhando junto, Polícia Militar, Secretaria de Segurança junto para que a gente possa baixar esses dados aqui e diminuir esse ritmo de acidentes.

**O SR. NILTON GONÇALVES KISNER** – Boa tarde ao Deputado Federal Léo Moraes; ao Deputado Anderson Pereira que é proponente desta Audiência; ao senhor Cel. José Hélio Cysneiros Pachá, da SESDEC; Neil Aldrin Faria Gonzaga, Diretor-Geral do Detran, Senhor Sáimon, Diretor Técnico Interino de Fiscalização e Ações de Trânsito; senhor Adonias Rodrigues de Deus, Presidente do Sindicato dos Servidores. Boa tarde em especial às senhoras, aos senhores, aos agentes de trânsito, aos servidores do Detran.

E, para explicar um pouco, lembrar a história. Tive a oportunidade de em 1997 estar na cidade de São Paulo realizando um curso de trânsito. Esse curso de trânsito era no Centro de Treinamento Urbano. Nós estamos falando de 1997, à época em que estava sendo criada e debatida a questão do Código de Trânsito Brasileiro, de transformar Código Nacional de Trânsito – CNT para CTB. E lá em São Paulo a discussão que norteou toda essa situação do CTB era a questão da municipalização. Um lobby muito grande por parte da CET que é o grande empreendedor de trânsito em São Paulo, porque ela dizia: “Olha, nós pintamos, nós sinalizamos, nós cuidamos, só não podemos fazer a fiscalização. E nem tampouco recebemos parte deste recurso para reinvestir nessa melhoria da sinalização.” Essa era a discussão. Por parte até da própria Polícia Militar de São Paulo, existia uma força de um lobby para não passar essa capacidade de agente de trânsito para o município, imaginando que iriam perder responsabilidades, porque falava: “atuação somente mediante convênio.” Então, no momento que teria convênio, achavam que iriam perder.

Porém, era um fato de que fariam também parte dos recursos, porque estavam investindo em viaturas, em treinamento, em desenvolvimento, em formações, em ações educativas e também não participavam desse bolo, por isso a questão do convênio.

Como estou falando, isso em 1997, algo na cidade de São Paulo, bem mais desenvolvida, uma capital lá com seus 400 anos, outra estrutura. Só que passou a ser lei. A obrigatoriedade de tudo o que está relacionado com via é responsabilidade do município, ficando para o Estado o que se diz referente ao condutor e referente ao veículo que é gerenciado pelos Departamentos Estaduais de Trânsito. E os municípios assumiram a parte viária, uso da via, tudo o que for referente à via é do município.

Para ver a dificuldade dessa aplicação do que está escrito no CTB de 1997, o próprio município de Porto Velho só foi se reestruturar definitivamente em 2009. Nós estamos falando em 12 anos depois. Estamos falando de um município mais organizado, mais equilibrado, com uma estrutura melhor do que muitos municípios no Estado que ainda não se regulamentaram. Nós temos municípios no interior que ainda, que já tem a possibilidade da realização, através de uma secretaria municipal, com certo número de agentes que possibilita que essa estrutura prevista lá em 1997, de forma precária, aconteça. Porém, muitos municípios, a maioria deles não está regulamentada de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

Esse processo termina recaindo, de certa forma, e senti isso quando assumi o Comando Geral da Corporação, a responsabilidade sobre a Polícia Militar, pois o veículo está estacionado na frente de uma garagem, fazer o quê? Se o município não tem estrutura, o município não conveniou, o município não repassou nenhuma ou delegou competência, mas as pessoas vão até a Polícia Militar e disso vão denunciar na Corregedoria que o policial militar foi omissivo. Isso não é um caso, são vários de casos de situação. Questões de racha, principalmente colocando em risco, festas. Nós chegamos até a ter Arrancadão em cidades do interior, autorizadas pelo prefeito. E queria ainda, colaboração da Polícia Militar para manter aquele evento. Primeira coisa que foi dada: “saíam os policiais da cidade, vão para outra, porque aí não vai dar certo essa situação.” Então todo um processo.

Houve um momento, o que a gente fala disso. Isso é o que teve lá do Código de Trânsito Brasileiro. Somado a isso, nós temos aí um processo, que as políticas, as políticas de investimento, as políticas principalmente do Governo Federal, trabalharam em diferentes pontos, em diferentes velocidades.

Houve uma grande avaliação até de questão de diminuição de IPI, capacidade de compra de veículos, hoje nós estamos falando veículos aí há 96 meses, 96 meses. Essa política toda de investimento, de incremento para a aquisição de veículos, de aquisição de veículos, não foi à mesma evolução da política de educação e fiscalização e atuação dos órgãos fiscalizadores. Pelo contrário, houve de certa forma, inibição da fiscalização.

E essa desproporção aconteceu. Uma dessas políticas que nós podemos falar é o que hoje a gente chama de Lei Seca, que é a única que deu exato, que é a participação conjunta dos órgãos de trânsito, não apenas a responsabilidade sobre um órgão, que é para não haver pressão externa, mas sim de diversos órgãos. Aqui na capital entram os agentes de trânsito, vão fiscais de trânsito, vão agentes do Detran, policiais militares, Polícia Civil e até mesmo Promotoria; de forma que, quem cai ali na blitz, não vai ser pedido para liberar. E aí nós temos exemplos, os senhores que trabalham, de autoridades de grande vulto, que ali foram presas e tiveram que assumir a responsabilidade, e não podendo ser administrado o “jeitinho brasileiro”.

Com esse contexto nós vemos duas coisas, que esse projeto de certa forma ele é sim, grande e valioso, porque quanto maior o número de fiscais sobre a questão do trânsito, melhor a aplicação de políticas públicas voltadas para a segurança viária. Isso é uma colaboração que nós podemos ter principalmente no interior do Estado através da Ciretrans, que vão abrir a possibilidade de forçar esses municípios a terem uma estrutura melhor para a aplicação da fiscalização de trânsito, então vai melhorar. Alguns locais não têm nenhum agente de trânsito do Detran, não tem nenhuma fiscalização por parte da Prefeitura, mas lá também tem moto, tem gente que tinha bicicleta, foi ao banco, fez lá o processo em 96 meses e hoje está andando de moto e pior, sem carteira, porque ele gastou tudo na moto e não sobrou dinheiro para investir na habilitação, e não tem fiscalização para ver se ele não tem habilitação, porque não tem agente de trânsito para fazer isso. Então, é um círculo vicioso que precisa ter uma resposta.

Sobre esse número que é apresentado de motos como maior índice, tivemos uma palestra que foi dada pelo Secretário Estadual Dr. Fernando Máximo. Digo aos senhores e as senhoras, que o Major Garibaldi se encontrava lá. Nós tivemos outra avaliação do que a gente fala de estatística de trânsito.

Enquanto nós estamos preocupados com estatística/

número, ele nos trouxe a realidade de estatística referente ao potencial desse acidente. Então, é verdade, o maior número de acidentes ocorre às 8 horas da manhã, dos dias da semana, que é o horário que o pessoal sai da sua residência para o trabalho, e pasmem, nos lugares melhores sinalizados. Ou seja, está diretamente relacionado ao desrespeito da norma. Porém, o maior número de acidentes que vai parar no João Paulo com motocicleta, é na quarta-feira a noite após o futebol, é na sexta-feira de madrugada, início da madrugada que é o maior número de entrada de pessoas no João Paulo, por quê? O pessoal sabe que tem Lei Seca, fica no bar bebendo, quando imagina que a Lei Seca já está terminando, se retirando do local, é quando ele sai com a sua moto para retornar à residência ou para outro local. O número de acidentes é pequeno, porém as vítimas são as maiores nesses horários. Horário de domingo a tarde é enorme e domingo pela manhã que é o retorno da chamada balada do sábado. Então, é uma nova visão.

Como combater isso? Em parceria. Então, esse projeto, Deputado Anderson, é um projeto que pode sim, contribuir para que nós possamos fazer uma maior avaliação sobre esses, porque, a questão de educação é necessária. O município faz a parte de educação, o Estado faz a parte de educação através do Detran e também do Batalhão de Trânsito aqui na Capital, mas precisamos sim, fiscalização. Há essa situação de sinalização no Município de Porto Velho? Existe sim, existe.

Tivemos, herdamos situações do passado onde contratos viciados, a Secretaria que eu assumi foi porque o Secretário anterior, junto com toda uma problemática, terminou sendo recolhido esse contrato, aquilo aconteceu lá em dezembro, mas os contratos ainda são os mesmos. E como gestor aqui o nosso Diretor do Detran sabe o que é a dificuldade de resolver esses vícios contratuais onde a empresa se coloca como vítima querendo que o município faça a coisa errada para beneficiá-lo porque ela não consegue se estruturar. Está aqui o meu Diretor de Engenharia de Trânsito, o J. Lima, que sabe explicar muito bem essa pressão que é feita desses contratos. Graças a Deus nós conseguimos, estamos iniciando uma nova vida dentro da Secretaria, criando mão de obra própria por que como que a Secretaria vive só de um contrato de uma empresa prestadora de serviço? Eu conto uma história simples, mas necessária. O senhor me cobrou sobre sinalização aqui. Eu, logo que assumi a Secretaria, fui tomar um café na padaria e o dono da padaria disse assim: "olha aí esses vândalos quebraram essa placa aqui de sinalização, e o senhor agora é Secretário, resolva isso aí". E eu fui à Secretaria para ver essa placa aí. Daí eu descobri como que funciona: o Engenheiro vai até o local e faz um projeto, o Engenheiro não vai fazer um projeto só de colocar uma placa, ele vai dizer que tem que ter faixa, que tem isso, redutor, sinalizador, porque ele não vai assinar o ART dele só numa placa, e está correto. Isso vai virar uma O.S, que manda para a empresa, para a empresa fazer essa aplicação, para depois trazer uma comissão - nós estamos falando em 06 meses para ver uma placa -, como é que a Secretaria não tem um efetivo para dizer assim: "vai lá e coloca essa placa que já estava no local".

Hoje, dentro da Secretaria, se usássemos o contrato eu teria primeiro, ela iria cobrar para ir lá fazer a desimplantação dessa placa e cobrar pela implantação da outra placa. No contrato, hoje, isso é R\$ 700,00, R\$ 700,00, está aqui o meu Diretor, a gente está fazendo. Começamos a fazer as placas com revitalização das placas anteriores, colocação de..., usando tubos em conjunto com a EMDUR, e estamos indo como? Através de um contrato com o Reeducandos, essa placa sai por menos de R\$ 100,00 para colocar.

Se alguém quiser ver a qualidade das placas e da sinalização feita por reeducandos, vá lá até o Cohab, onde foi feito todo o asfalto do Cohab. E essa semana nós já estamos começando que foi feita aquela área próximo à Rua Açai, todinha foi asfaltada e nós estamos iniciando a sinalização.

Depois vamos para o 22 de Dezembro, tudo com mão de obra própria da Prefeitura sem usar o contrato.

Então, é uma mudança, Deputado. Eu peço para o senhor aguardar um pouco, exemplo é aqui, já deve ter recebido que melhorou aqui a saída do cruzamento da Calama com a Farquar, mão de obra própria da Prefeitura sem contrato. A única coisa foi da parte semafórica que ela foi colocada, que isso a gente ainda não tem, que é material de semáforo, mas daqui a pouco nós vamos comprar.

Então, Deputado Anderson, digo que por parte da Secretaria, em meu nome e também falando aqui dos Agentes, toda a mão de obra a mais no trabalho para gerir um trânsito seguro, ela é sim bem-vinda e pode contar conosco, por parte do município, o apoio porque nós somos responsáveis não só pela segurança viária, mas também por ações que implementem a fiscalização. Muito obrigado.

**O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente)** – Obrigado pela fala.

Eu gostaria só para deixar bem claro que, às vezes, surgem dúvidas. Essa PEC Estadual não vai tirar nenhuma atribuição do que é a Polícia Militar, do que está no Código de Trânsito Brasileiro para não confundir, o Agente de Trânsito vai passara ser Polícia? Não. Foi aprovada uma PEC no Congresso Nacional, tramitou na Câmara também e essa PEC colocou no rol da Segurança Pública a responsabilidade do agente de trânsito, e ela submeteu que o trânsito é uma questão de segurança pública, eu vejo que é até de saúde também, que vai pesar lá na Saúde também.

Então, essa PEC, o que ela vai fazer? Tirar os Agentes de Trânsitos dos serviços burocráticos dentro do Detran, e eles vão para a rua. E, aí, na rua, vão ser desenvolvidas as políticas públicas de repressão, de educação. Hoje já é feito, eu já observei isso, que é feito, mas ainda não atinge a população como um todo ainda. Eu considero ainda pouco e pode ser feito muito mais.

E contratação, vai ter que ter concurso? Justamente isso a gente estava discutindo com Adonias, o Coronel está aqui também, existem os quadros em extinção, então não vai aumentar nada no orçamento do Estado ou no orçamento do Detran. Pelo contrário, vai aproveitar esse pessoal que já existe do quadro de extinção, vai ser enviado um projeto - seria uma forma correta de se fazer - para a Assembleia Legislativa, e a gente inserir essas atribuições para os Agentes de Trânsito de Segurança Vária. No caso, a gente criaria, claro, o Cargo de Agente de Segurança Viária que ia fazer a fiscalização de trânsito, ajudar na fiscalização de trânsito. Mas não vai assumir papel da polícia, não vai ser polícia, porque não foi o que foi aprovado no Congresso Nacional.

Com a fala agora o Deputado Léo Moraes, que ele tem uma audiência as quatro e trinta e pediu a fala. Fique à vontade em usar a tribuna ou a Mesa.

**O SR. LÉO MORAES** – Boa tarde a todos. Prazer muito grande voltar a Assembleia Legislativa para conversar com a população. Usar esta tribuna é motivo de muita honra, de muita satisfação, de muito orgulho.

Gostaria de cumprimentar o proponente da Audiência, Deputado Anderson Pereira, tem feito um belo trabalho, tem

se preocupado com algo tão dramático que diz respeito aos altos índices de violência no trânsito que nós somos acometidos em Porto Velho e em todo Estado de Rondônia. Até estava dando uma olhada, passando rapidamente no relatório do Sindicato, e nós observamos que este ano já tivemos uma diminuição. Então, nós temos um bom parâmetro e nos faz acreditar que algo tem sido feito melhor do que anteriormente.

E a gente tem que aqui também, logicamente, elogiar, enaltecer e dizer que esta Audiência com certeza vem nesse propósito, convergir esforços para que nós ainda mais consigamos dar exemplo e diminuir não somente o problema do trânsito e da segurança pública como prioritariamente saúde, que nosso Hospital João Paulo II, que não tem estrutura para aguentar a grande demanda represada, muitas vezes, que deveria ser média alta complexidade e trabalha quase que, muitas vezes, prioritariamente com ortopedia, traumas, fraturas em decorrência do nosso brutal trânsito rondoniense, Porto Velho é uma expressão muito grande disso.

Gostaria de cumprimentar o Coronel Pachá, que eu tenho uma grande estima, consideração. Não tenho vergonha alguma também de elogiar pela condução da sua Secretaria, dos seus comandados, do grande trabalho que o Comando da Polícia Militar tem feito, da Direção-Geral da Polícia Civil e a relação equânime que tem dado as nossas forças de segurança assim como o Corpo de Bombeiros.

Coronel Gonzaga, que não o conheço, desejo muito sucesso à frente do Departamento Estadual de Trânsito, órgão arrecadador e que eu tenho certeza que a partir de hoje pode ser um divisor de águas neste debate, para que nós possamos, enfim, tratar matérias dos nossos profissionais de segurança viária, incluí-los na Constituição Estadual, haja vista que já existe essa lacuna preenchida na matéria federal. Acho que esse é o caminho, não tenho dúvidas.

Cumprimentar o Adonias, que já teria um compromisso moral de virem aqui para conversar em todas as matérias que o Sindicato me convidasse, me intimasse, porque conheço o comprometimento e a dedicação do Sindicato dos Servidores do DETRAN, o Adonias, o Obede, enfim, todos, Adriano, todos que fazem parte de muitas conquistas. E tive o prazer de participar de algumas delas, inclusive relatando o projeto dos nossos valorosos servidores do Detran.

Cumprimentar J. Silva, que está aqui também na condição de representante dos Agentes Municipais de Trânsito, muitas vezes categoria que é marginalizada, muitas vezes que ela é diminuída, trabalhada de forma pejorativa, e acredito que à frente, tendo o Coronel Kisner, que conhece o trânsito há muitos e muitos anos, porque já ocupei essa pasta ainda na condição de Oficial da Polícia Militar, eu tenho certeza que tem como recuperar cada vez mais a alta estima reconhecê-los e demonstrar que vocês são atividade fundamental para a boa ordem do nosso trânsito porto-velhense. Aliás, Coronel Kisner, até peço perdão que lhe cumprimentei, mas não consegui lhe reconhecer porque eu vi só a metade do Comandante Kisner, quando eu o vi aqui. E o Kisner tem uma grande virtude, além da sua capacidade de trabalho, que o Kisner, eu espero não ser vaiado, mas, o Kisner, é gremista - não é isso, Kisner? Então, é o único elogio, que é um grande profissional e espero que o senhor bem conduza a atividade da Secretaria que nós precisamos. Porto Velho tem uma dificuldade histórica em relação ao trânsito. A fiscalização aliás, a sinalização é algo muito grave. Eu vi que tem uns cones ali, eu quero acreditar que é algo necessário, imediato, mas que também provisório para que a gente possa melhorar a nossa sinalização aqui em Porto Velho. Lembro-me quando foi inaugurada a Duque de

Caxias, que ela ficou muito tempo sem sinalização nas faixas de rolamento, sinalização vertical, isso acarretou alguns acidentes e a gente está aqui para colaborar de que possa melhorar as questões da nossa cidade.

O Deputado Anderson é muito feliz em puxar essa responsabilidade para a Assembleia, que aqui é o local para dirimir os problemas é arrefecer todas essas discussões. Existe, em minha opinião, e estava conversando agora com ele, canto de orelha ali, existe legalidade, existe constitucionalidade, vamos inserir no artigo para que os Agentes de Segurança Viária fiquem compreendidos na Constituição do Estado e que a gente não permita que um capital profissional, um espólio, um patrimônio do Detran tão bom, tão qualificado, porque já vive essa realidade, se limite à atividade administrativa, se eles podem estar em campo, gerando economia e a maior observação dos órgãos estatais dentro das nossas cidades.

Nós vamos matar 2 coelhos com uma cajadada só. Sem dizer que nós não vamos trazer altos impactos financeiros, se for considerado que muitos agentes vivem mês, mês, mês, anos, e não porque querem, mas, pela necessidade com diárias, gratificações de deslocamento e diárias que podem ser supridas pelos nossos profissionais que já sabem o que é Detran, já sabem o que é trânsito, já sabem as dificuldades que enfrentam no dia a dia.

Então, eu quero muito acreditar, Deputado Anderson, que nós vamos ter uma união de esforços de todos os parlamentares estaduais. E eu estou à disposição porque eu debati isso no Congresso Nacional. Lembro que o J. Silva e outros tantos Agentes Municipais de Trânsito me interpelaram no que diz respeito à necessidade de participar da Frente Parlamentar, de assinar a PEC, de participar do debate da Reforma da Previdência em relação aos Agentes de Trânsito.

E lá estive, inclusive, foi reconhecido por vários Estados brasileiros em relação a essa frente de discussão.

Então, eu não tenho dúvidas da grandiosidade do tema, da relevância do múnus público. Isso é do caráter público de servir ainda melhor a população que muitas vezes não vê a entrega satisfatória do pagamento de altos impostos que são feitos no dia a dia em relação ao poder público. Nós que trabalhamos, vocês trabalham 6 meses para entregar dinheiro para o poder público, porque quem é dono desse dinheiro é a população e nunca o poder público. Ninguém tem dinheiro, a Prefeitura não tem, o Governo não tem, ninguém tem, quem paga os nossos salários é exatamente a população e por isso que eu sempre discuti e sempre fui contrário ao aumento de impostos, como foi o caso do querosene, como foi o caso do ICMS, como foi o caso do IPTU, como foi o caso de tantos impostos.

Portanto, eu parabeno o Deputado Anderson Pereira que tem afinidade com matéria em defesa do servidor público, viu Adonias? Então, vocês escolheram um ótimo parlamentar para encampar e militar essa área e tenho certeza que o que precisar, como você sabe, Adonias, Presidente, todos os Sindicatos é só dar o comando que eu estou inteiramente à disposição em defesa dos nossos Agentes de Trânsito, dos nossos profissionais do Detran. Parabéns, sucesso. Uma semana abençoada e continue contando com a gente. Obrigada.

**O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente)** – Parabéns Deputado Léo Moraes. Aproveitar a oportunidade, Deputado Léo Moraes pegou uma PEC, a PEC do Sistema Prisional que cria a Polícia Penal, parada, praticamente, há quase 10 anos no Congresso chegou lá, assumiu a relatoria e há uma previsão

dessa semana entrar na pauta, vai depender da Sessão do Congresso. Mas o Deputado tem se empenhado em cima disso, a Fenaspem tem reconhecido isso, inclusive, o Ronaldo está ali, Vice-Presidente da Fenaspem; a Elen Daiane, que faz parte da Fenaspem está ali e todos estão observando esse trabalho que está sendo feito desse modelo do Sistema Prisional que a gente tem que rever no Brasil. Porque o que a gente tem aí está ultrapassado, não funciona, com servidores sem valorização, sem reconhecimento, com estrutura de carceragem ruim, com o crime organizado cada dia mais organizado. Agora, inclusive, está tendo o Movimento do Crime Organizado aqui em Porto Velho, eu não vou falar nome para não dar mídia para crime organizado, mas está tendo movimento e isso é preocupante, um movimento silencioso, mas está tendo e a gente precisa tomar rédea do Estado. Eu tenho observado alguns Estados já se posicionando nesse sentido, o Ceará foi um, o Rio Grande do Norte foi outro, estão tomando controles porque tem que tomar porque quem tem que mandar lá dentro é o Estado, que se o Estado perder o controle a gente perde aqui fora também, porque eles estão acabando controlando de lá para cá e estando nas mãos do Estado. Então, isso é vergonhoso, isso é preocupante e a gente precisa ter um modelo moderno, um modelo novo e a Polícia Penal é esse modelo, eu tenho certeza disso.

Então, obrigado Deputado Léo Moraes. O Deputado Léo Moraes vai se ausentar por conta da sua audiência agora, às 16h30. E o Coronel Gonzaga, Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito do Detran, está com a palavra. Nós, não apresentamos essa PEC, eu até mostrei para o Coronel aqui, mostrei também para o Secretário de Segurança a PEC que pode ser que a gente vá apresentar. Eu tenho que colher as assinaturas dos parlamentares conforme o Regimento da gente exige para apresentar uma PEC, mas a gente quis debater antes, justamente que se precisar de ajuste, à gente só está remetendo o que já está na Constituição Federal, mas se tiver algum tipo de ajuste, a gente está à disposição para isso, até antes de apresentar para a gente tornar o debate mais leve.

Essa é a maior intenção nossa de promover esta Audiência.

Coronel Gonzaga, à vontade.

**O SR. NEIL ALDRIN FARIA GONZAGA** – Obrigado Deputado, boa tarde. O senhor permite, eu vou fazer as minhas palavras daqui mesmo do seu lado, da mesma forma que o senhor fez.

Parabenizá-lo, Deputado Anderson, pela iniciativa por encampar esse assunto importantíssimo. O Brasil registra 45 mil mortes por ano vítimas de acidentes de trânsito, é um tema recorrente que nunca sai de moda, é o trânsito. Um desafio enorme para todas as autoridades, todos os entes componentes do Sistema Nacional de Trânsito implementar regras, fazer cumprir o Código de Trânsito Brasileiro para que os números de acidentes de trânsito mudem, para que os números abaxem.

Então, mais uma discussão aqui, essa Proposta de Emenda Constitucional, criando o Agente de Segurança Viária nos moldes de Emenda Constitucional 82/2014 que trouxe lá para Constituição Federal. O Detran está junto nesse projeto, sem dúvida nenhuma. Eu, na qualidade de Diretor-Geral, jamais poderia sinalizar ou me comportar de forma diferente que não seja dizer que essa proposta vem ao encontro das políticas de trânsito, não só do Detran, mas política de trânsito de todos os órgãos que componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

Coronel Pachá, digníssimo Secretário de Estado, pessoa da qual tem sido parceiro nosso lá no Detran, sempre discutindo conosco ações que possam melhorar a situação do trânsito

em Porto Velho e em todo o Estado, a exemplo da modernização do sistema de identificação, pelo qual o Detran será parceiro, pelo qual pretende se trazer um sistema novo, informatizado para expedição de carteira de identidade no nosso Estado, em parceria com o Detran, que o Detran vai usar esse banco de dados em tempo real para poder conferir ali a CNH da pessoa quando vai renovar ou da pessoa que vai tirar a carteira de habilitação. Um dia desses, mesmo, uma pessoa foi presa lá no Detran com identidade falsa. Quantos desses já não passaram por lá, com identidade falsa, sem ter sido identificada? Se a gente tivesse essa parceria, uma consulta online com o Banco de Dados da Polícia Civil, do Instituto Criminalística, certamente que hoje nós devemos ter várias carteiras de habilitação esquentada, ela é um documento de identidade, é esquentada porque a gente não tem essa tecnologia de buscar consulta num banco de identificação.

Cleuza, boa tarde, obrigado pela presença aqui. A Cleuza, que é a nossa Diretora Técnica de Educação de Trânsito, recém-empossada no cargo. Ela tem um desafio muito grande que é cuidar do assunto Educação de Trânsito. São três vertentes no Código de Trânsito Brasileiro. A gente chama o "tripé do trânsito" que é: a Educação do Trânsito, a Engenharia de Trânsito e Esforço Legal, que são as regras e cumprimento das normas.

Então, o Detran tem vários projetos na área de educação de trânsito, várias ações. O Detran não para, fiscalização, educação de trânsito é o tempo todo. Repito, com todo esse engajamento, com todo esse trabalho que vem sendo feito, bem falado pelo Coronel Kisner, Secretário Municipal de Trânsito que fez um apanhado, o Código de Trânsito Brasileiro completou agora no mês de setembro 22 anos de existência, e o Brasil ainda ocupa o 4º lugar do ranking mundial de mortes de acidentes de trânsito. Rondônia, 500 pessoas morrem todo ano vítimas de acidentes de trânsito. Por hora, 5 pessoas morrem no Brasil e tudo passa pela educação.

Muito se fala em educação, educação, educação de trânsito e as pessoas estão aí no trânsito, os motociclistas, conforme foi colocado aqui na palestra do nosso Presidente do Sindicato, os motociclistas estão aí, que são os mais frágeis no trânsito, junto com o pedestre, junto com o ciclista, porque não tem proteção nenhuma e a gente vê todo dia, toda hora avanço de sinal. Toda hora, em qualquer cruzamento avanço de sinal, excesso de velocidade, manobra irregular, eles, os motociclistas são as maiores vítimas e eles, parece que são os que mais transgridem também.

Então, o desafio: como mudar isso? Passa também pelo Centro de Formação de Condutor, quando forma lá o condutor.

Mas a nossa educação de trânsito, nós temos vários projetos agora com a parceria muito forte do Secretário Suamy, da educação de trânsito que está levando com mais propriedade, de forma transversal o tema, a matéria educação de trânsito nas escolas. Então, o trabalho não para, e os desafios são enormes.

Cumprimentar o Presidente do Sindicato, Adonias. Parabéns, Adonias, pelo seu trabalho do Sindicato e toda sua equipe em trazer esses enfrentamentos aqui para gente discutir. O Adonias que sempre está comigo lá no Detran, falando em nome dos servidores e trazendo propostas. Eu estou aqui com uma proposta sua, Adonias, que a gente estava conversando ali, que passa por essa questão do Agente de Segurança Viária. Essa proposta que você falou, que propõe aqui através de uma medida, um Projeto de Lei, você transformar alguns cabos em agente, transformar em agentes de trânsito, para que nós possamos triplicar ou quadruplicar o número de agentes que a

gente tem. Que hoje nós temos um número muito pequeno de agentes que estão diretamente nas ruas. Apesar de termos 200 agentes de trânsito, nem 12 agentes está a sua disposição lá, não é Sáimon? O restante dos servidores que são agentes; estão espelhados cumprindo outras atividades. Então, nossa proposta do Sindicato, se passar pela nossa, já está na nossa Procuradoria para análise, e havendo um entendimento isso vai possibilitar - tomara que a gente alcance esse objetivo -, para que nós possamos ter mais agentes de trânsito na rua, fiscalizando, alternando o seu expediente com o serviço de rua.

A gente sabe que o desafio é muito grande. Nós temos várias formas de controlar o trânsito, sinalização vertical, semáforos, faixa de pedestre, enfim. E o agente de trânsito, assim como o policial militar é mais uma ferramenta, é mais uma forma de você estar presente ali na rua, de forma educativa ou repressiva mesmo, que precisa fazer a parte repressiva, a Lei Seca é um exemplo disso, o Secretário de Trânsito abordou muito bem, que é uma Lei que veio, pegou e deu certo. E ela vem trazendo números significativos em redução de mortes no trânsito no Brasil. De modo que esse Projeto de Agentes de Segurança Viária, repito, vem ao encontro das nossas demandas e certamente será aprovada aqui a Emenda Constitucional da nossa Constituição do Estado.

Cumprimentar o Sáimon, Diretor Técnico de Fiscalização, em exercício. Eu tenho cobrado muito do Diretor Oton - está afastado, está de férias -, a presença dos nossos agentes de trânsito nas ruas. Nós somos um número tão reduzido, não é Sáimon? Mas ainda assim, em parceria com a Polícia Militar e com a SEMTRAN os nossos agentes têm ido para a rua durante a semana, quando não está fazendo a Lei Seca, que é nos finais de semana, está lá na rua em locais específicos, aonde o mapa, os índices apontam acidentes de trânsito, o pessoal está lá fazendo o trabalho de presença ostensiva do agente, da autoridade de trânsito, fazendo lá o seu papel de polícia, exercendo o papel de Polícia de Trânsito, Polícia Administrativa. Independente da criação do Agente de Segurança Viária, nós já temos o nosso poder de Polícia Administrativa para poder fazer a fiscalização de trânsito.

Cumprimentar o Coronel Kisner, meu digníssimo colega de turma, nós que ingressamos na Polícia Militar em 1992. Kisner, que foi Comandante do Batalhão de Trânsito, eu também passei por lá. Passei 08 anos lá no Batalhão de Trânsito. Então, a gente tem uma experiência boa com relação às mazelas e como se faz as operações e as ações de trânsito e as causas dos acidentes. O que precisa ser melhorado, como disse bem o Kisner: "muito se fez durante esses 22 anos de criação do Código de Trânsito Brasileiro", também fiz aquele curso que você fez lá em São Paulo, em 1997, que se discutia a questão da municipalização. Foi ali que veio a figura, criou-se no CTB, naquela época, um capítulo específico sobre os crimes de trânsito, foi a grande inovação, não é? E daí só foi melhorando e a Lei Seca hoje é o sucesso que é por causa dos esforços dos nossos parlamentares que tiveram coragem de fortalecer e tornar hoje a Lei Seca na forma que ele é: 'tolerância zero'. O simples fato de você recusar ao etilômetro, você já sofre a medida administrativa prevista no artigo 165-A. Não é isso, Garibaldi? Então são avanços, podemos avançar e mais precisa ser feito com relação ao trânsito.

O Deputado Léo Moraes se ausentou, mas eu ia abordar aqui a questão do Projeto de Lei 3267, que altera o proposto pelo Presidente Jair Bolsonaro, vai propondo várias alterações no Código de Trânsito Brasileiro. Algumas críticas com relação a alguns pontos da matéria, mas é o momento onde a Câmara Federal pode fazer as propostas que achar mais interessantes e enrijecer ainda mais o Código de Trânsito naquilo que competir. Então, agradecer ao Kisner, pelo apoio aqui na Capital,

pelas operações que os seus agentes fazem no dia a dia. A gente vê o esforço, a gente vê esse trabalho em conjunto com a Polícia Militar e com o Departamento Estadual de Trânsito. O desafio é um só: reduzir os acidentes e reduzir os números de vítimas fatais e de acidentados que tanto chamam a atenção de todos.

Cumprimentar o Major Garibaldi, o digníssimo Comandante do Batalhão de Polícia de Trânsito, unidade por onde já tive a oportunidade de servir. E agradecer, Garibaldi, pelo seu empenho, que o trabalho de vocês é fundamental dentro do sistema, o trabalho da Polícia Militar, Polícia de Trânsito ostensiva, preventiva, repressiva não só nas operações Lei Seca, mas no registro de acidentes de trânsito, na prevenção, na atuação mais severa com as operações Cavalos de Aço, e outras operações que vocês desencadeiam, principalmente neste momento em que o Secretário de Saúde tem chamado a atenção para o número de acidentes que deságuam lá no Hospital João Paulo II, as vítimas, esse trabalho que você desenvolveu nesses últimos meses com a sua equipe, demonstrou aí a redução significativa dos acidentes de trânsito naqueles pontos onde vocês, com seus policiais militares, estão desenvolvendo esse trabalho preventivo.

E já para encerrar a minha fala, para não me alongar demais, cumprimentá-los todos. Um abraço a todos os servidores das Ciretrans, do Detran que estão presentes aqui.

São vocês que conduzem os nossos trabalhos no dia a dia, na Capital e no interior. Eu tenho percorrido as nossas Ciretrans e tenho conversado com cada um de vocês. Ainda estou devendo visitas em alguns municípios, que eu não tive oportunidade de ir ainda.

E eu vejo, Deputado, nos olhos de cada servidor do Detran, o brilho e a alegria, a vontade que eles têm de trabalhar, de fazer, de exercer as suas atividades ali no dia a dia, o prazer que eles têm de atender aos nossos usuários na hora de emitir uma CNH, na hora de renovar um licenciamento de veículo. Então, são servidores abnegados e, muitas vezes, injustiçados. O Detran, que é uma marca tão forte, tão positiva.

O Detran tem um papel tão importante dentro da política de trânsito. E o Detran que dá segurança para as pessoas que compram seu carro, vão lá e fazem o registro. E o Detran que dá segurança quando a pessoa vai lá e tira sua Carteira Nacional de Habilitação. E o Detran que fiscaliza as autoescolas.

Então, tudo passa pelo Detran. O Detran não é nada sem os nossos servidores, sem os nossos colaboradores que estão na lida, no dia a dia, cuidando de suas atividades. Então, a gente tem que valorizar o servidor, e esse projeto do Sindicato é um projeto de valorização sim, por que não?

Cumprimentar as demais pessoas que estão aqui presentes, os agentes de trânsito aqui do município. E encerrando, dizer mais uma vez: parabéns, Deputado, parabéns ao Presidente do Sindicato, e dizer que o Detran é favorável sim a esse projeto - não tem nem como dizer o contrário -, e que a gente está na direção do Detran para somar. Se o projeto é bom, se o projeto é interessante para o Estado, é interessante para o Detran, é interessante para os servidores, então nós temos que encampar essa ideia, abraçar e dizer que tem que ser assim mesmo. Obrigado a todos.

**O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente)** – Parabéns, Coronel Gonzaga pela fala. Pegando um ponto da sua fala, me chama a atenção - como eu falei já no início: eles querem mais atribuições, porque esse projeto vai trazer com certeza conseqüências em valorização, mas traz mais atribuições.

Enquanto a gente vê alguns tentando fugir, desviar da função-fim para o qual fizeram o concurso, vocês querem assumir o que vocês já têm e mais um pouco. E isso é porque gostam, porque amam, o comprometimento com a população.

E as nossas vidas. Hoje nós estamos... Amanhã alguém vai lá e bate na gente ou, sei lá, pode acontecer algo. A gente não sabe. Mas isso me chama a atenção. Com certeza esse projeto, pelo que eu vejo aqui, até imaginei que poderia ser

um debate mais complicado, mas eu vejo que vai ser um debate bem leve, principalmente quando estiver no âmbito das Comissões da Casa. Eu não vejo que vá haver nenhum tipo de objeção não, pelo contrário: o que a gente quer é um trânsito mais seguro e uma mobilidade urbana bem melhor, porque o trânsito, querendo ou não, é estressante. Às vezes, nós saímos, de casa, estressados ou sai do trabalho, você vai para o trânsito e, aí, esse estresse dobra. Aí acontecem os sinistros que vêm ocorrendo com a população.

Para falar agora, e eu agradeço a presença, o Secretário de Segurança, o Coronel Hélio Pachá, que prestigia esta Audiência também. Fique à vontade, Coronel. E se alguém quiser direcionar alguma pergunta para a Mesa, pode entregar aqui para o nosso pessoal do Cerimonial, ou se quiser leva o microfone até você e pode fazer sua ponderação, sua pergunta, que aqui têm as pessoas para responder. E, se não tiver, a gente arruma.

**O SR. JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHÁ** – Bom, vamos começar cumprimentando ao Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson Pereira, proponente desta Audiência Pública, e desde já eu parabeno-o pela iniciativa; ao Excelentíssimo Senhor Aldrin Faria Gonzaga, nosso Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito; o Senhor Sáimon Rio, Diretor Técnico Interino de Fiscalização e Ações de Trânsito - pessoa que eu não conhecia ainda, muito prazer, boa tarde; o amigo Coronel Nilton Gonçalves Kisner, hoje Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte de Porto Velho; a Senhora Cleuza Correia, Diretora Técnica de Educação de Trânsito; o Senhor Adonias Rodrigues de Deus, Presidente do Sindicato dos Servidores do Detran, que fez já a sua bela explanação; e o Major Luiz Carlos Garibaldi, que hoje, neste ato, representa o Comandante-Geral da Corporação.

Senhoras e senhores, colegas, eu gostaria de começar parabenizando o senhor Adonias pela sua brilhante explanação, mas eu vou seguir um pouco a linha aqui do Comandante do Batalhão de Trânsito, porque, embora o senhor tenha apresentado dados reais, talvez indiretamente tenha dado a impressão equivocada de que a Polícia Militar esteja aquém na produção dos resultados do seu trabalho. E como foi apresentado, os índices caíram, principalmente com a aplicação da Lei Seca, que eu tenho certeza, e os senhores também, que ela não só é mais eficaz e mais frequente por conta da limitação do número de efetivo disponível. Caso contrário, os resultados seriam ainda melhores.

E os técnicos explanaram aqui tudo muito bem, principalmente, o nosso Secretário Municipal de Trânsito, que demonstrou, fez constatar toda a sua experiência da época de Comandante-Geral e também da época que foi Comandante da Companhia de Trânsito, atual Batalhão de Trânsito, e o assunto foi praticamente esgotado. E como observador e aqui para ficar ciente do que se envolve em Segurança Pública, não me resta alternativa senão concordar, tudo o que vier a mais para melhorar e trazer melhores resultados, tem que ser apoiado.

Então parabéns, Deputado, pela sua propositura, parabéns a todos os senhores pelas suas explicações. Contem com a SESDEC, contem com as forças de Segurança Pública no que possível para que nós possamos juntos, melhorar ainda mais o nosso trânsito.

Aproveito para informar àqueles que ainda não têm conhecimento, que dentro dessa ideia de ajudar na Educação de Trânsito, a SESDEC, a contar dessa gestão do Cel. Marcos Rocha, nós iniciamos um trabalho de um projeto de Educação no Trânsito em escolas municipais. Um policial só, que ao ver essa oportunidade de contribuir um pouco mais, colocamos ele para trabalhar a Educação de Trânsito dentro das escolas, em três escolas da periferia, ou seja, bairros mais distantes.

E, com isso aumentar a presença policial. Era um policial que trabalhava na SESDEC à paisana e hoje, uma das condições que eu coloquei foi: "Você vai, mas você vai colocar farda, porque junto com a Educação de Trânsito você vai aumentar a ostensividade da nossa Corporação." Acreditando que educando as crianças a gente pode, em longo prazo, diminuir essas condutas irresponsáveis que a gente tanto vê no trânsito.

E, lembrar que quando a gente sai daqui que pega o nosso carro, a gente também faz parte do trânsito. Vamos dar exemplo para a gente poder exigir dos nossos familiares, vizinhos e colegas, porque sem o exemplo a gente não vai conseguir mudar a atitude daqueles que a gente vê no dia a dia, toda hora no trânsito, em manobras e procedimentos imprudentes no trânsito.

Senhores, parabéns a todos mais uma vez, contem conosco. Muito obrigado.

**O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente)** – Obrigado, Coronel Pachá. Alguém quer fazer o uso da fala?

A gente viu que o debate foi bem tranquilo, bem autoexplicativo. Eu passei para o Adonias para ele ler a Emenda Constitucional, nós vamos fazer o trâmite legislativo dela aqui na Casa para que a gente possa dar os encaminhamentos que precisam ser dados. E o Adonias já se adiantou e já está discutindo com o Diretor do Detran, o Cel. Gonzaga, a parte da regulamentação dessa Emenda Constitucional e já está bem avançada, até pela própria fala do Coronel. Então eu não vejo nenhum tipo de resistência, pelo contrário, a intenção do Governo é boa. E é a mesma intenção nossa, de melhorar a segurança viária, trabalhar para diminuir ainda mais esses índices. Eu tenho certeza que o trabalho que já é feito hoje diminuiu, principalmente com o advento da Lei Seca. Apesar de que a Lei Seca não pode ser tudo, tem muita coisa para ser feita, mas já diminuiu, isso é fato, o Cel. Pachá colocou muito bem, mas a gente precisa baixar mais, a gente precisa diminuir e é uma missão de todos nós, cada um que está aqui. É uma missão minha também como parlamentar.

Mas se não tiver ninguém para fazer nenhuma pergunta ou falar, eu acho que foi bem explicado, a gente vai dar o encerramento desta Audiência Pública agradecendo a presença de todos aqui que estiveram presentes: Coronel Pachá, Deputado Léo Moraes, que teve que sair; Coronel Gonzaga, Diretor do Detran, senhor Sáimon, que está aqui também, que é um dos diretores técnicos de fiscalização, senhora Cleuza, Diretora Técnica de Educação; o Adonias, Presidente do Sindicato; Major Luiz, Comandante da nossa Companhia de Trânsito da capital; todos os servidores que estão aqui, as Ciretrans que vieram do interior, dispuseram do seu tempo para estar aqui junto com a gente ouvindo esse debate, agradeço a presença de todos vocês.

E, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense eu agradeço a presença de todos componentes da Mesa Diretiva. Agradecemos a presença da plateia que acompanha essa ilustre solenidade. Declaro encerrada a presente Audiência e desejamos uma excelente tarde a todos.

**(Encerra-se essa Audiência às 16 horas e 52 minutos).**

<b>ADVOCACIA GERAL</b>
------------------------



**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO QUE ENTRE SI FAZEM PREFEITURA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA EA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.**

**CONTRATANTE:**

Denominação/Nome por extenso: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

CNPJ/MF: 04.794.681/0001-68	Inscrição Estadual: ISENT0
SIGLA/Nome resumido: ALE/RO	Ramo de Atividade: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL
Endereço: Rua Major Amarante nº 390, Bairro Arigolândia	
Cidade: Porto Velho	UF:RO CEP: 76.9801 911
Telefone: (69) 3216 2702/ 32162801	FAX: (69)
Endereço Eletrônico: depcominex@ale-ro.gov.br	
Nome do Representante Legal: LAERTE GOMES	
Cargo/Função: Presidente	RG: 1362072 -SSP/RO CPF: 419.890.901-68
Nome do Representante Legal: ARILDO LOPES DA SILVA	
Cargo/Função: Secretario Geral	RG: 195.939-91 SSP/SP CPF: 299.056.482-91
ALE/RO	

**CONTRATADA:**

**ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de**

Nome da Superintendência Estadual: <b>SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE OPERAÇÕES/RO</b>	CNPJ/MF/DR: 34.028.316/0027-42
Endereço: Av. Imigrantes 2137 - São Sebastião	
Cidade: Porto Velho	UF: RO CEP: 76.801-970
Endereço Eletrônico: crve-ro@correios.com.br	
Representante Legal I: José Carlos Fosqueira	
RG: 80242285811 SSP/RS	CPF: 347.245.320-68
Representante Legal II: Márcio Caldeira Junqueira	
RG: 295315SSP/RO	CPF: 470.880.956-53

As partes, acima identificadas, têm entre si, justos e avençados, e, celebram por força do presente instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II da Lei 8.666/93, e Processo nº ( ), o 5º (Quinto) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912393229/2016 (nº05/2016-ALE), de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto incluir no Contrato Múltiplo nº (9912393229/2016) o serviço de Encomendas Nacionais por meio do ANEXO correspondente, rubricado pelas partes, contendo os procedimentos pertinentes ao serviço incluído, efetivando-se quando da assinatura deste Termo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO**

Inclusão do ANEXO do serviço de Encomendas Nacionais ao contrato original conforme modelo apenso a este termo.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO VALOR CONTRATUAL**

4.1. Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste(s) ANEXO(s) têm seu valor estimado em R\$ 207.051,96 (duzentos e sete mil cinquenta e um reais e noventa e seis centavos).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 339039 - Evento: 400091 UO 1001

Projeto/Atividade: 01122102020620000

Valor: R\$ 207.051,96 (duzentos e sete mil cinquenta e um reais e noventa e seis centavos)

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passará a vigorar a partir da data de sua assinatura até o término do Contrato Original.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

Com as alterações constantes deste Termo Aditivo, ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº [ 9912393229/2016 , nº 05/2016-ALE;

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Município de Porto Velho, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

<b>FICHA RESUMO – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS</b>		<b>DATA EMISSÃO</b> 15/07/2019
<b>CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA</b>		<b>N. DO CONTRATO:</b>
<b>CNPJ</b> 04.794.681/0001-68	<b>PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL</b>	
<b>CICLO DE FATURAMENTO (PERÍODO BASE)</b> Serviços prestados do dia (01) ao dia (30 ou 31) do mês seguinte.	<b>VENCIMENTO DA FATURA</b> Dia (21) do mês seguinte ao da prestação do serviço (Período Base)	
<b>ENTREGA DA FATURA</b> <b>DATA LIMITE PARA A ENTREGA DA FATURA NO ENDEREÇO PRÉ-ESTABELECIDO</b> (05) dias úteis antes do vencimento da fatura.	<b>DISPONIBILIZAÇÃO DA FATURA</b> <b>DATA LIMITE PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DA FATURA NA INTERNET</b> (10) dias antes do vencimento da fatura.	
<b>Obs.:</b> Na hipótese de haver atraso na disponibilização da fatura, o vencimento será prorrogado pelo número de dias do referido atraso.	Ficarão disponibilizadas no endereço <a href="http://www2.correios.com.br/produtos_servicos/sfc/default.cfm">http://www2.correios.com.br/produtos_servicos/sfc/default.cfm</a> as faturas (com código de barras) e os correspondentes extratos, contendo analiticamente os lançamentos que deram origem ao referido documento de cobrança.	

**FATURAMENTO**

( ) DESCENTRALIZADO POR CENTRO DE CUSTO

( x ) CENTRALIZADO

**ESPECIFICIDADES DOS SERVIÇOS**

SERVIÇOS CONTRATADOS (Anexo/discriminação)	INÍCIO DO SERVIÇO	TÉRMINO DO SERVIÇO	PERIODICIDADE DA COTA MÍNIMA	COTA MÍNIMA EXCLUSIVA?	VINCULAÇÃO
Carta	15/03/2016	Conforme Cláusula Sétima do Contrato	-	Não	Conforme Cartão de Postagem
Aquisição de Produtos	15/03/2016	Conforme Cláusula Sétima do Contrato	-	Não	Conforme Cartão de Postagem
Mala Direta Postal Básica - A faturar	15/03/2016	Conforme Cláusula Sétima do Contrato	-	Não	Conforme Cartão de Postagem
Carta/Cartão Resposta	15/03/2016	Conforme Cláusula Sétima do Contrato	-	Não	Conforme Cartão de Postagem

Telegrama e Carta Via Internet	15/03/2016	Conforme Cláusula Sétima do Contrato	-	Não	Conforme Cartão de Postagem
Correio Internacional	15/03/2016	Conforme Cláusula Sétima do Contrato		Não	Conforme Cartão de Postagem
Mala Direta Postal Domiciliária	15/03/2016	Conforme Cláusula Sétima do Contrato		Não	Conforme Cartão de Postagem
Encomendas Nacionais	A partir da data de assinatura	Conforme Cláusula Sétima do Contrato		Não	Conforme Cartão de Postagem

**ANEXO Nº****SERVIÇOS DE ENCOMENDAS NACIONAIS****OBJETO:**

Serviços para envio de bens, com ou sem valor declarado, e documentos, em âmbito nacional, abrangendo o recebimento ou a coleta, o transporte e a entrega ao destinatário.

São serviços de encomendas contemplados neste instrumento:

SEDEX: serviço expresso para envio de mercadorias e documentos.

SEDEX Hoje: serviço para envio de mercadorias e documentos com entrega garantida no mesmo dia de postagem.

SEDEX 10: serviço para envio de mercadorias e documentos com entrega garantida até às 10 horas do dia útil seguinte ao da postagem.

SEDEX 12: serviço para envio de mercadorias e documentos com entrega garantida até as 12 horas do dia útil seguinte ao da postagem.

PAC: serviço não expresso para envio de mercadorias.

**LOGÍSTICA REVERSA:** serviço de retorno de encomenda, mediante autorização de postagem, com possibilidade de entrega simultânea de outra encomenda no momento da postagem ou da coleta.

São serviços adicionais de encomendas contemplados neste instrumento:

Aviso de Recebimento (AR): serviço adicional que possibilita a devolução do aviso de confirmação da entrega com data e assinatura do recebedor da encomenda.

Coleta Domiciliar Programada: serviço de coleta exclusivo para clientes com contrato, com frequência de coleta programada em dias e horários previamente estabelecidos e de acordo com a viabilidade operacional.

Devolução de Documento (DD): serviço adicional de devolução, ao REMETENTE, de canhoto de nota fiscal, ou documento equivalente, assinado, sem conferência de conteúdo por parte do DESTINATÁRIO. Exclusivo para clientes com contrato.

Disque Coleta: serviço adicional de coleta domiciliar solicitada via internet ou central de atendimento dos CORREIOS.

Grandes Formatos (GF): serviço adicional que permite a postagem de encomenda com dimensões superiores aos padrões convencionais. Exclusivo para clientes com contrato.

Mão Própria (MP): serviço adicional que garante a entrega da encomenda exclusivamente às pessoas indicadas pelo REMETENTE, podendo haver, para cada encomenda, até três indicações.

Pagamento na Entrega: serviço adicional para envio de encomenda contra pagamento, por parte do DESTINATÁRIO, do valor definido na postagem.

Posta Restante Pedida: serviço adicional em que o REMETENTE solicita disponibilizar a encomenda em uma unidade de atendimento habilitada para retirada pelo **DESTINATÁRIO**:

Protocolo Postal (SPP): serviço adicional de protocolo de documento a distância, com certificação de data e hora.

Valor Declarado (VD): serviço adicional pelo qual o REMETENTE declara o valor de um objeto postado sob registro, para fins de indenização, em caso de extravio ou avaria, em valores superiores aos da cobertura da indenização automática, proporcional ao dano (total ou parcial) do conteúdo da encomenda.

Detalhamentos da prestação dos serviços e dos serviços adicionais estão disponíveis no Termo de Condições de Prestação de Serviços de Encomendas Nacionais no portal dos CORREIOS na internet ([www.correios.com.br/encomendas](http://www.correios.com.br/encomendas)).

Ao contratar os serviços de encomendas, o cliente terá acesso a um pacote de serviços que consiste em um conjunto de benefícios a serem concedidos aos clientes em função de maior e melhor utilização das soluções disponíveis. O detalhamento consta no Termo de Condições Comerciais dos Pacotes de Serviços de Encomendas no portal dos CORREIOS na internet ([www.correios.com.br/encomendas](http://www.correios.com.br/encomendas)).

#### **DAS OBRIGAÇÕES DOS CORREIOS:**

Disponibilizar à CONTRATANTE instruções, formulários, interfaces e leiautes necessários à utilização das ferramentas tecnológicas dos CORREIOS.

Cumprir os prazos de entrega das encomendas, de acordo com o serviço contratado.

Coletar ou receber as encomendas em unidades dos CORREIOS habilitadas, de acordo com a viabilidade operacional.

Transportar as encomendas e entregá-las no endereço do destinatário indicado no rótulo de endereçamento, mediante recibo, a qualquer pessoa que se apresente e que seja capaz de recebê-la.

Devolver as encomendas cuja entrega não tenha sido possível, indicando a causa determinante da impossibilidade.

Indenizar a CONTRATANTE nos casos de não conformidades de entrega.

Conceder à CONTRATANTE os benefícios em função das contrapartidas negociadas.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Atender as orientações e procedimentos estabelecidos no Termo de Condições de Prestação de Serviços de Encomendas Nacionais.

Cumprir as contrapartidas específicas previstas no Termo de Condições Comerciais dos Pacotes de Serviços de Encomendas.

Observar as exigências fiscais e tributárias relativas à remessa das encomendas, na forma da legislação vigente.

**PREÇOS E REAJUSTE:**

Pela prestação dos serviços contratados, a CONTRATANTE pagará aos CORREIOS os valores contidos nas tabelas de preços e eventuais descontos que fizer jus, conforme a categoria do programa de relacionamento definida para este contrato.

**VIGÊNCIA DESTE ANEXO:**

O presente ANEXO terá vigência a partir de sua inclusão no contrato de prestação de serviços com os CORREIOS até sua exclusão ou a data final de vigência do contrato.

**FICHA TÉCNICA – PACOTES DE ENCOMENDAS**

<b>RAZÃO SOCIAL: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA</b>	
CNPJ: 04.794.681/0001-68	<b>CONTRATO : 9912393229/2016</b>
<b>NOME DO PACOTE: ENCOMENDA 2.0</b>	
<b>DATA DE INÍCIO DE VIGÊNCIA:</b>	



Documento assinado eletronicamente por **LAERTE GOMES, Usuário Externo**, em 29/07/2019, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Caldeira Junqueira, Gerente Atividade - CTC TP IV**, em 29/07/2019, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Carlos Fosqueira, Superintendente Estadual**, em 29/07/2019, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.correios.com.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8411732** e o código CRC **211A7DAB**.